



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Ana Paula Souza de Oliveira

**Concepções e práticas do trabalho da equipe
multidisciplinar diante das crianças com
necessidades educacionais especiais**

janeiro de 2015



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Ana Paula Souza de Oliveira

**Concepções e práticas do trabalho da equipe
multidisciplinar diante das crianças com
necessidades educacionais especiais**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Educação Especial
Área de Especialização em Dificuldades
de Aprendizagem Específicas

Trabalho realizado sob orientação da
Doutora Teresa Sarmento

DECLARAÇÃO

Nome: Ana Paula Souza de Oliveira

Endereço electrónico:

Telefone: +55 92 9259-4985

Nº da carteira de identidade: 15456307 **Nº do registro nacional:** 645855302-15

Dissertação de Mestrado: Concepções e práticas do trabalho da equipe multidisciplinar diante das crianças com necessidades educacionais especiais.

Orientadora: Doutora Teresa Sarmento

Ano de conclusão: 2015

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 13/01/2015

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me abençoado sempre.

Nas maiores adversidades sua presença foi fiel.

A minha família, por eles eu estou aqui, e creio que tudo será consolidado com as bênçãos de Deus.

Agradeço a todos aqueles que torcem por meu sucesso.

A minha orientadora Prof.^a Dra. Teresa Sarmiento, que acreditou em minha idéia e não me permitiu desistir, ela foi sem dúvida a principal responsável por todo este caminho percorrido.

RESUMO

Este trabalho busca discutir a relevância de uma equipe multidisciplinar em um ambiente escolar, partindo da premissa de que qualquer escola que deseja promover uma política de Educação Inclusiva deve desenvolver políticas e práticas que contribuam de maneira ativa para a construção de um conhecimento compartilhado; nesse sentido, os gestores educacionais devem desenvolver ambientes de aprendizagem que valorizem a individualidade de cada aluno, promovendo as interações sociais e a autonomia. A pesquisa apresentará a metodologia utilizada, onde se tem que esta se refere aos fundamentos e pressuposto filosófico que estruturam um estudo específico. Essa reflexão foi feita por meio de uma revisão bibliográfica, junto a este procedimento ocorreu a utilização de entrevistas junto aos gestores, professores e pais das crianças com NEE. Os resultados desse estudo demonstraram que as concepções e atitudes dos profissionais envolvidos nesse processo são contraditórias, divididas entre positivas para a inclusão e tendenciosas à segregação. Por fim, pontua-se que a formação de uma equipe multidisciplinar pode auxiliar o projeto de inclusão dos alunos portadores de deficiência nas aulas, o que pode vir a garantir um melhor aproveitamento na educação dos mesmos, mas é certo que não irá solucionar todos os problemas da educação e do aprendizado. Em função das exigências na natureza do objeto desta pesquisa, esse estudo se mostra como um caminho profícuo para a consecução dos objetivos propostos, uma vez que este estudo está relacionado à compreensão do sujeito da pesquisa, e não com os resultados obtidos com a implantação de uma equipe multidisciplinar no processo de inclusão social dos alunos NEE.

Palavras-Chave: Inclusão Social; Crianças com Necessidades Educacionais Especiais - NEE; Equipe Multidisciplinar.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of a multidisciplinary team in a school setting, on the premise that any school that wishes to promote a policy of inclusive education should develop policies and practices that contribute actively to building a shared knowledge; accordingly, educational managers should develop learning environments that enhance the individuality of each student, promoting social interaction and autonomy. The research will present the methodology used, which has its roots in foundations and philosophical assumptions underpinning specific study. This reflection was made by means of a literature review, with this procedure occurring the use of interviews with the managers, teachers and parents of children with SEN. The results of this study demonstrated that the conceptions and attitudes of professionals involved in this process are contradictory, divided between positive for inclusion and biased segregation. Finally, it points out that the formation of a multidisciplinary team can assist the design of inclusion of students with disabilities in classes, which can guarantee a better use in the education of ourselves, but it certainly will not solve all problems education and learning. Depending on the requirements in the nature of the object of this research, this study shows how a fruitful path to achieving goals, since this study is related to the comprehension of the research subject, not with the obtidos results with the implementation of a multidisciplinary team in the process of social inclusion of SEN pupils.

Keywords: Social Inclusion; Children with Special Educational Needs - SEN; Multidisciplinary team.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V

INTRODUÇÃO	08
Problema da Pesquisa.....	10
Propósito da Pesquisa.....	11
Questões da Pesquisa.....	12
Significado e Importância do Estudo.....	13

CAPITULO I - REVISÃO DA LITERATURA

1.1 OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA	14
1.1.1 Contexto histórico.....	14
1.1.2 A Chegada do Bebê.....	16
1.1.3 Classificação das Necessidades Especiais.....	20
1.1.4 Necessidades Especiais Significativas.....	21
1.1.5 Necessidades Especiais Ligeiras.....	23
1.1.6 Deficiência.....	23
1.1.7 Inclusão Social das Pessoas com Deficiencia.....	24
1.1.8 Legislação Brasileira dos Direitos Básicos as Pessoas com Deficiencia.....	26
1.1.9 Formação e Necessidade de uma Equipe Multidisciplinar na Promoção da Inclusão Social dos Alunos com NEE.....	31

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO	36
2.2 CONHECIMENTOS ACERCA DO MÉTODO	37
2.3 A PESQUISA QUANTO À NATUREZA	38
2.4 A PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	38
2.5 QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM	39

2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	39
2.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	40
2.8 APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	40
2.8.1 Quanto a Entrevista dos Gestores.....	41
2.8.2 Quanto à Entrevista dos Professores.....	43
2.8.3 Quanto à Entrevista aos pais.....	47
2.8.4 Quanto às Entrevistas dos Alunos.....	51
2.9 PROPOSTA DE CRIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ESCOLA X.....	51
2.9.1 Planejamento da Solução da Proposta.....	53
CAPITULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

O nascimento de um bebê desperta nos pais grandes trocas emocionais, fantasias, expectativas, sonhos. Quando um bebê nasce com algum tipo de deficiência, muitos pais apresentam imediatamente uma dificuldade de se identificarem com seu bebê (Almeida, 2012). Em uma sociedade que vive sob a luz da estética, uma criança portadora de deficiência geralmente é olhada com desconfiança e excluída, só lhe restando como refúgio às instituições familiar e educacional.

Este último, ou seja, as escolas apresenta em muitos casos certa dificuldade em estabelecer por meio de lei, regras ou normas dinâmicas que possam buscar a igualização entre as pessoas portadoras de deficiência ou não, dentro de suas instalações educacionais, buscando assim nortear um dos princípios fundamentais da Constituição Federal (CF) que é o da igualdade. Dentro desse cenário ressalta-se a importância da “família nessa situação, pois é nela que a criança deficiente se sentirá segura para aprender e se desenvolver” (Lemes; Barbosa, 2007, p. 442). A família é, assim, o primeiro campo de treinamento significativo da criança com NEE, é neste campo de treinamento que a criança descobre a existência de outras pessoas que por suas experiências únicas e uma personalidade essencial torna-se uma pessoa diferente das demais. Frente a este princípio, a presença do portador de deficiência na sala de ensino regular não representaria dificuldade mas ao contrário enriqueceria o ato pedagógico.

A família é o primeiro espaço de vida e de experiência significativo da criança. É neste contexto que a criança descobre a existência de outras pessoas (pai, mãe, irmão, irmã, avós e outros), cada qual com um papel previamente definido, que por suas experiências únicas e uma personalidade essencial torna-se uma pessoa diferente das demais, com forças e fraquezas, temores e amores, fixações e necessidades, desejos e sonhos. A criança aprende sobre o mundo e a vida através de cada pessoa na família.

Assim, se os integrantes da família, como um grupo, reagirem a elas de modo positivo, é provável que as crianças se vejam sob uma luz positiva, pois cada pessoa na família diz às outras quem elas são e se, provavelmente, serão bem sucedidas ou não, mesmo antes de entrarem em contato com a sociedade maior, além dos limites do lar (Assumpção Junior, 1993). Muitos pais de crianças com deficiência não só experimentam sentimentos de culpa e vergonha, mas sentem-se culpados e

envergonhados por experimentá-lo; ou seja, além de se sentirem culpados, eles se sentem culpados por se sentirem culpados.

De acordo com Moura e Valério (2003, p. 43) essa culpa é uma fonte secundária de perturbação emocional para os pais, que já suportam uma sobrecarga emocional. A presença de uma criança com deficiência na família constitui um motivo adicional de tensão, sendo provável que as reações defensivas ocorram mais frequentemente e em um grau mais elevado do que naquelas cujos membros são razoavelmente normais. Além das pressões internas com as quais a família terá que lidar com o nascimento de uma criança com deficiência, esta também terá de enfrentar as pressões exercidas pelas forças sociais externas, uma vez que a sociedade tem dificuldade em conviver com as diferenças, sendo este talvez um dos principais conflitos vividos pelas famílias.

Estabelecer que uma pessoa possui uma deficiência é realizar uma comparação com as demais pessoas, ditas “normais”. Em uma visão simplista, poderíamos dizer que se o homem fosse concebido com três braços, aqueles que possuíssem apenas dois seriam considerados pessoas com deficiência (Siqueira; Anselmo, 2009, p. 143). Os pais diante desse contexto geralmente parecem experimentar cinco estágios emocionais entre os quais pode-se salientar: choque, negação, tristeza e cólera, equilíbrio e reorganização.

Dentro desse estágio inicial tem-se que é importante a educação e o suporte familiar como aspectos benéficos quando se tem uma criança com deficiência. É a reação familiar nesse momento delicado que será de fundamental importância para o bem-estar futuro, tanto do bebê como de toda a família. Após o choque inicial, a família precisa ponderar sobre sua tarefa de fazer o melhor pelo filho com deficiência. Os pais têm papéis a serem desempenhados no processo da reabilitação, se ambos se sentem responsáveis pelo tratamento e acompanhamento da criança com especialistas.

Atitudes como aceitação incondicional do filho com deficiência, amor equilibrado, demonstrações de afeto, muito auxiliarão na reabilitação física, uma vez que é na família que as primeiras e mais importantes relações interpessoais são vivenciadas pela criança; bem como a busca de uma vida familiar normal, sem sacrificar os membros da família em prol do bem-estar da criança com deficiência (Lopes; Kato; Corrêa, 2002). Esse estudo será desenvolvido com o escopo central de analisar as oportunidades de inclusão das crianças portadoras de deficiência no âmbito educacional

formal, o que implica conhecer a organização das instituições de educação e o funcionamento de equipes multidisciplinares.

Problema da Pesquisa

Partindo das premissas históricas acerca das crianças com deficiência, tem-se que na antiguidade estas eram abandonadas ao relento; já na Idade Média, a deficiência era concebida como um fenômeno metafísico e espiritual devido à influência da Igreja; nos séculos XVII e XVIII, ampliaram-se as concepções a respeito da deficiência em todas as áreas do conhecimento, favorecendo diferentes atitudes frente ao problema.

Todavia, foi somente no século XIX que se observou uma atitude de responsabilidade pública frente às necessidades do deficiente; este século é marcado pelas grandes descobertas na área de medicina, biologia e saúde, foi dentro desse cenário que se iniciaram os estudos acerca da deficiência com a finalidade de dar respostas para seus problemas.

De acordo com Costa (2010), nesse período iniciou-se o que se chama de “segregação institucional”, onde o deficiente era “tratado” como doente, em algumas instituições eram recebidos em asilo de cunho religioso ou filantrópico, que para muitos era sua última moradia. Corroborando esse contexto, Silva e Dessen (2001) complementam que no século XX houve uma multiplicação das visões a respeito do deficiente, com a prevalência de vários modelos explicativos: o metafísico, o médico, o educacional, o da determinação social e, mais recentemente, o sócio-construtivista ou sócio histórico.

Diante de todas essas dificuldades as pessoas com deficiência ainda necessitaram lutar pelos seus interesses chamando atenção para suas limitações como especiais. Com isso foi possível dar início a grande mudança para inclusão social e educacional das pessoas com necessidade educacionais especiais – NEE. Dentro desse contexto parte o problema deste estudo que é: Qual a importância de uma equipe multidisciplinar diante das crianças com NEE?

A relevância de uma equipe multidisciplinar em um ambiente escolar parte da premissa de que qualquer escola que deseja promover uma política de Educação Inclusiva deve desenvolver políticas e práticas que contribuam de maneira ativa para a construção de um conhecimento compartilhado; nesse sentido os gestores educacionais devem desenvolver ambientes de aprendizagem que valorizem a individualidade de cada aluno, promovendo as interações sociais e a autonomia.

Dentro desse contexto salienta-se que em 2011 foi aprovada a Lei n. 5.554 que estabelece diretrizes para a qualificação continuada e especializada de professores para estimular o atendimento de alunos de acordo com sua necessidade. Partindo desse cenário a construção de uma equipe multidisciplinar se torna importante pois a meta estaria em possibilitar a inclusão dos alunos com NEE de maneira adequada a cada deficiência, com a devida mediação escolar.

Destaca-se ainda através dos estudos de Gomes (2009) que o conceito de NEE surgiu pela primeira vez no Warnock Report, em Londres, em 1978, onde afirma que nenhuma criança deve ser considerada ineducável, e que a finalidade da educação é a mesma para todos por ser um bem a que todos têm direito. O referido conceito foi adaptado em 1994 na declaração de Salamanca, pela UNESCO, e redefinido como abrangendo todas as crianças ou jovens cujas necessidades se relacionam não somente com as deficiências, mas também crianças com altas habilidades/sobredotadas, crianças de rua, de minorias étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais com dificuldades educacionais. Pontua-se acerca da problemática desse estudo que refletir sobre as crianças com NEE é questionar-se sobre a questão no contexto brasileiro, o que nos obriga a uma série de análises que envolvem justiça social e direitos humanos e nos levam a considerar as muitas e incontáveis imposições econômicas e sociais que fazem dessa população um radical exemplo de exclusão social em nosso país.

Propósito da Pesquisa

É na ação pedagógica da escola que se torna possível a efetivação de práticas sociais emancipatórias, da formação de um sujeito social crítico, solidário,

compromissado, criativo, participativo. É nessa ação que se cumpre, se realiza a intencionalidade orientadora do projeto construído.

Entender essa dialética entre o político e o pedagógico torna-se indispensável para que o projeto da intervenção de uma equipe multidisciplinar não se torne um documento pleno de intenções e vazio de ações, é em contra mão desse propósito que o objetivo desse estudo é avaliar quais são os processos realizados pelas equipes multidisciplinares para o acolhimento e promoção do desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais em seus ambientes.

Pensar a família, tanto no âmbito da pesquisa quanto da intervenção, é uma tarefa que exige muito esforço, uma vez que representa uma instituição em constante transformação e que compõe uma rede complexa de significados. A compreensão dos fenômenos e sua relação social e histórica é essencial para a compreensão do processo da inclusão social dos alunos com NEE no ambiente educacional. Do corpo técnico ao gestor todos na escola deverão estar devidamente preparados para a recepção dos alunos portadores de deficiência, isso inclui os pais dos outros alunos que sempre apresentam certa resistência com relação à educação inclusiva.

Questões da Pesquisa

A contribuição de uma equipe multidisciplinar no ambiente escolar, se torna essencial para avaliação das práticas de ensino, pois a escola deve estar atenta às diversidades inerentes a espécie humana, buscando sempre a percepção no atendimento as necessidades educacionais especiais de todos os discentes no sistema regular de ensino. Dentro desse cenário as questões norteadoras desse estudo estão elencadas da seguinte maneira:

I. Será que o atendimento às crianças tem em conta as diferenças individuais e se estão valorizando as competências de cada um e sua diversidade social?

II. O conhecimento acerca da NEE contribui para a remoção de barreira na aprendizagem?

III O trabalho multidisciplinar contribui para a construção de uma educação inclusiva?

Significado e Importância do Estudo

Apesar de existir um mundo inteiro de informações acerca das pessoas portadoras de deficiência, de existir também uma tendência cultural propensa à integração de pessoas ou grupos de pessoas, as pessoas com deficiência ainda continuam a ser excluídas de muitos contextos, pelo que a realização deste estudo pretende ser um contributo para a sua inclusão.

CAPITULO I

REVISÃO DA LITERATURA

1.1 OS PARADIGMAS DA INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA

1.1.1 Contexto histórico

Neste capítulo serão expostos os principais conceitos, definições e características acerca da deficiência, fazendo inicialmente uma abordagem delicada de como a família recebe uma pessoa com necessidades especiais em sua casa, pois de acordo com o contexto histórico é de conhecimento que a deficiência não é algo novo na sociedade, pois o emprego da imagem das pessoas com deficiência com o objetivo de comoção social, ainda se faz presente como uma prática bastante presente na sociedade.

A denominação utilizada para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial assume várias formas ao longo dos anos. Utilizavam-se expressões como “inválidos”, “incapazes”, “excepcionais” e “pessoas deficientes”, até que a Constituição de 1988, por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, incorporou a expressão “pessoa com necessidades especiais”, que se aplica na legislação ordinária (BRASIL, 2007).

Adota-se, hoje, também, a expressão “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoa especial”. Todas elas demonstram uma transformação de tratamento que vai da invalidez e incapacidade à tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa.

A expressão “pessoa com necessidades especiais” é um gênero que contém as pessoas com deficiência, mas também acolhe os idosos, as gestantes, enfim, qualquer situação que implique tratamento diferenciado. Igualmente se abandona a expressão “pessoa com necessidades especiais” com uma concordância em nível internacional, visto que as deficiências não se portam, está com a pessoa ou na pessoa, o que tem sido motivo para que se use, mais recentemente, conforme se fez ao longo de todo este texto, a forma “pessoa com deficiência” (BRASIL, 2007).

Voltando ao contexto histórico, Junior (2010, p. 22) expressa que no Brasil durante o período colonial, usavam-se práticas isoladas de exclusão - apesar de o Brasil não possuir grandes instituições de internação para pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázaros, fundado em 1741. A pessoa atingida por hanseníase era denominada “leprosa”, “insuportável” ou “morfética”. A doença provocava horror pela aparência física do doente não tratado – eles possuíam lesões ulcerantes na pele e deformidades nas extremidades do corpo –, que era lançado no isolamento dos leprosários e na exclusão do convívio social. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil e o início do período Imperial mudaram essa realidade.

Ainda dentro do contexto histórico, durante os séculos XVII e XVIII, ampliaram-se as concepções a respeito da deficiência em todas as áreas do conhecimento, a partir do século XIX, começou-se a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para seus problemas. Já na primeira metade do século XX, o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência e apenas expandiram.

Analisando o percurso histórico dos portadores de necessidades especiais na sociedade, pode-se pontuar que a trajetória foi longa, entre a ideologia da exclusão à implantação das políticas de inclusão. De acordo com Junior (2010) já na entrada no século XXI, ocorrem importantes iniciativas para a promoção e a defesa dos Direitos Humanos no Brasil e, de maneira especial, dos direitos das pessoas com deficiência.

Refletir sobre a questão dos direitos das pessoas com deficiência significa hoje discutir cidadania e democracia, igualdade social e respeito às diferenças. “Pensar a mesma questão no contexto brasileiro nos obriga a uma série de análises que envolvem justiça social e direitos humanos e nos levam a considerar as muitas e incontáveis imposições econômicas e sociais que fazem dessa população um radical exemplo de exclusão social em nosso país” (IBDD, 2008).

O fato é que torna-se necessário a criação de novas propostas que visem assegurar os direitos já conquistados pelos portadores de deficiência, estamos inseridos em uma sociedade democrática, e está deve ser caracterizada, fundamentalmente, por

oferecer a todos oportunidades de desenvolver-se e de participar, tendo acesso a bens de consumo básico.

1.1.2 A Chegada do Bebê

O nascimento de um bebê desperta nos pais grandes trocas emocionais, fantasias, expectativas, sonhos. Quando um bebê nasce com algum tipo de deficiência, os pais apresentam imediatamente uma dificuldade de se identificarem com seu bebê (Almeida, 2012). Em uma sociedade que vive sob a luz da estética, uma criança com deficiência geralmente é ignorada e excluída, só lhe restando como refugio as instituições familiar e educacional.

O nascimento de um bebê com deficiência ou o aparecimento de qualquer necessidade especial em algum membro da família altera consideravelmente a rotina no lar. Os pais logo se perguntam: por quê? De quem é a culpa? Como agirei daqui para frente? Como será o futuro de meu filho? O imaginário, então, toma conta das atitudes desses pais ou responsáveis e a dinâmica familiar fica fragilizada. Imediatamente instalam-se a insegurança, o complexo de culpa, o medo do futuro, a rejeição e a revolta, uma vez que esses pais percebem que, a partir da deficiência instalada, terão um longo e tortuoso caminho de combate à discriminação e ao isolamento (MACIEL, 2000, p. 53).

Continua a autora:

(...) os pais ou responsáveis por pessoa com deficiência, por sua vez, também se tornam pessoas com necessidades especiais: eles precisam de orientação e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade (ibidem).

Kroeff (2012, p. 68) ressalta:

(...) o nascimento de um filho com deficiência já não pode ser assim conceptualizado. Essa possibilidade até poderia ter sido alguma vez aventada, mas em geral é algo afastado rapidamente da mente dos pais. O casal não está preparado para este acontecimento, nem desejado, nem esperado. As consequências desse nascimento são múltiplas, afetando a todos: os membros individuais e o próprio casal, os demais membros da família, a sociedade em geral, vindo a ter também consequências, obviamente, para esta pessoa que nasce com alguma deficiência.

A deficiência quase sempre causa sofrimento, desconforto, embaraço, lágrimas e confusão para todos os integrantes da família, além de grandes exigências de tempo e recursos. A forma como é transmitida a notícia de deficiência no filho pode ter influência decisiva nas reações vivenciadas pelos pais, uma vez que o diagnóstico de deficiência parece gerar uma situação crítica de impacto, caracterizada por sentimentos de desconforto, como angústia, medo, culpa e vergonha (LEMES; BARBOSA, 2007).

Blascovi-Assis *apud* Moura e Lemos (2003, p. 48) acrescentam que: o nascimento de uma criança deficiente, seja qual for o tipo de deficiência, traz à tona uma série de complicações advindas de sentimentos de culpa, rejeição, negação ou desespero, modificando as relações sociais da família e sua própria estrutura.

Rêgo e Soares (2003, p. 44) preconizam que:

(...) o papel da família em relação ao desenvolvimento da criança com deficiência é imprescindível. No entanto, é necessário que os profissionais façam orientações adequadas, oferecendo uma assistência aos pais, dedicando-lhes maior e melhor atenção. Deve-se ter cuidado para que as informações não sejam passadas de maneira a influenciar os pais negativamente, sempre levando em consideração o estado emocional da família.

Conforme Silva e Dessen (2001, p. 137) nem sempre os genitores adotam uma forma adequada para lidar com as situações advindas de se ter uma criança deficiente na família, mostrando-se ora condescendente, ora impaciente e, às vezes, revelando atitudes de depreciação em relação ao próprio filho. As estratégias de enfrentamento adotadas por eles são diversificadas, entre as quais podemos citar: são a procura por informações sobre a deficiência e as fantasias de satisfação de desejos, de como eles poderiam lidar com as situações difíceis e de como seria o progresso no desenvolvimento de sua criança.

Meynchens-Fourez (2000, p. 186) leciona em seus estudos que:

(...) a pessoa com deficiência ser o primogênito ou o caçula dos irmãos cria situações especiais. No primeiro caso, pode ser que as funções de cada um se invertam rapidamente. O caçula virá a exercer funções de irmão mais velho, e este assumirá posições de irmão caçula. Isto nem sempre ocorre sem dificuldades, ciúmes, atritos e disputas, inclusive entre os pais, que podem reviver a cada momento mais tenso a dor do nascimento do primogênito com deficiência. Um caçula que desenvolve sentimentos de culpa por estar ultrapassando o irmão pode restringir seu desenvolvimento pessoal. No segundo caso, quando é o caçula o membro com deficiência, o irmão mais velho pode sentir-se sobrecarregado ou culpado por não conseguir desempenhar o que considera apropriado para si.

Sociologicamente, a família é definida como um sistema social pequeno e interdependente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e da definição de papéis (GINNOT, 2010, p. 79).

IBDD¹ (2008, p. 110) saliente que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e

¹ Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Através do entendimento deste artigo, fica claro que a importância da família, pois a criança aprende a conhecer sobre o mundo e a vida através de cada membro na família. Porém de acordo com Moura e Valério (2003, p. 43), quando essa criança nasce com alguma deficiência, “muitos pais não só experimentam sentimentos de culpa e vergonha, mas sentem-se culpados e envergonhados por experimentá-los; ou seja, além de se sentirem culpados, eles se sentem culpados por se sentirem culpados”.

Isso pode ser explicado pelo fato de estarmos inseridos em uma época em que a visibilidade e a dizibilidades das diferenças assumem uma crescente importância política educacional. O antigo Decreto nº 914/93 trazia em seu artigo 3º a conceituação a respeito de quem deveria ser considerado pessoa com deficiência.

Art. 3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (IBDD, 2008).

Corroborando ainda dentro desse contexto, Lopes, Kato e Corrêa (2002) salientam que em geral os pais de crianças deficientes geralmente parecem experimentar cinco estágios emocionais, entre os quais esses autores descrevem: choque, negação, tristeza e cólera, equilíbrio e reorganização.

De maneira a confirmar esse pressuposto dos autores acima supracitados Mayrink (1986, p. 29), leciona ainda que:

(...) o nascimento de filho com deficiência exigirá uma mudança nos sistemas, que não estava previsto no repertório usual destas estruturas. A primeira mudança necessária será a de acolhimento e de aceitação deste ser não esperado, como filho, neto, sobrinho, primo, uma pessoa, enfim, com deficiência, é verdade, mas primariamente uma pessoa; um bebê que tem necessidades de ser acolhido, cuidado, amado como todos os bebês. Conforme relatava a mãe de uma filha com síndrome de Down, depois do difícil processo de

aceitação de sua filha como nascera, dizia que o problema não era uma tragédia, embora não seja também uma alegria.

Alinhado ainda junto a esse cenário, pontua-se que as mudanças psicossociais com a chegada de um membro deficiente na família provocam um desequilíbrio em seus integrantes, por mais que esta esteja bem estruturada.

Atitudes e valores serão revistos e cada um de seus membros reagirá frente à aceitação ou rejeição da pessoa com deficiência. A família saudável enfrentará esta situação de uma forma mais realista e produtiva, buscando soluções no grupo, para enfrentar as pressões internas e externas provocadas pela sociedade.

Ela cumprirá também seu papel de mediadora entre a sociedade e a criança, proporcionando um ambiente mais receptivo, mas para isso deve compreender seus sentimentos e reações perante a deficiência e favorecer um ambiente saudável de relações, para que a criança possa se desenvolver e ampliar sua vida social, compreendendo suas limitações e buscando sua identidade.

1.1.3 Classificação das Necessidades Especiais

O direito de ser diferente parece ser o imperativo proclamado pelas políticas sociais existentes no Brasil. Diante desse contexto torna-se importante enfatizar que a sociedade, através dos processos de reconhecimento de identificação e diferenciação, constrói os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que possuem deficiência. Segundo Correia (2008, p. 45-46), existem dois grandes tipos de NEE como seguem descritas abaixo:

I. Necessidades Especiais E significativas;

II. Necessidades Especiais e ligeiras;

Pasqua (2011) salienta que na atualidade, o atendimento as pessoas com deficiência está se afastando de uma postura clínica tradicional, assistencialista e segregacionista, direcionando-se para um modelo educacional mais amplo, que vise à

autonomia e integração social. A Educação Especial tem como pressuposto preparar essas pessoas a viver o mais ‘normalmente possível’ na comunidade.

1.1.4 Necessidades Especiais Significativas

Segundo Correia (2008, p. 46), são aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. Neste grupo encontramos as crianças e adolescentes cujas alterações significativas no seu desenvolvimento foram provocadas, na sua essência, por problemas orgânicos, funcionais e ainda por déficits socioculturais e econômicos graves. Abrangem, portanto, problemas de foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e quais outros problemas ligados à saúde do indivíduo, onde o próprio autor delinea:

De carácter intelectual - Neste grupo normalmente encontra-se as crianças e adolescentes com deficiência mental, ou seja, aqueles indivíduos cujos problemas acentuados no seu funcionamento intelectual e comportamento adaptativo lhes causa problemas globais na aprendizagem, quer ela seja académica ou social. Englobam-se ainda nesta categoria os indivíduos dotados e sobredotados cujo funcionamento intelectual e potencial de aprendizagem é superior à média e que, caso os programas não estejam em consonância com as suas características, podem também eles experimentar insucesso escolar, Correia (2008, p. 46).

De carácter processológico - Os alunos com problemas processológico, derivados de problemas relacionados essencialmente com a recepção, organização e expressão da informação, são geralmente designados por alunos com dificuldades de aprendizagem, ou seja, ela caracteriza-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do indivíduo (inteligência na média ou acima da média) e a sua realização escolar que é abaixo da média numa ou varias áreas académicas, (ibidem).

De carácter emocional - Nesta categoria enquadram-se todos os alunos cuja problemática emocional ou comportamental elicia comportamentos de tal forma desapropriados que levam à disrupção dos ambientes em que eles se inserem. Embora

continue a controvérsia quanto à definição e terminologia mais corretas esta categoria engloba essencialmente o grupo de alunos cujas perturbações são de tal maneira graves que põem em causa quer o sucesso escolar, quer mesmo, a sua segurança e as daqueles que os rodeiam. Nela se incluem as psicoses e quaisquer outros problemas graves de comportamento, (ibidem, p. 47).

De carácter físico e de saúde - Este grupo de aluno engloba todos aqueles cujas capacidades físicas foram alteradas por qualquer problema de origem orgânica ou ambiental, vindo a provocar-lhes incapacidades do tipo manual e/ou da mobilidade. As categorias mais comuns deste grupo são: a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, embora possamos encontrar outros problemas motores derivados de problemas respiratórios graves, amputações, poliomielites e, etc., acidentes que venham afetar os movimentos de um indivíduo. No grupo dos problemas sensoriais incluem-se, principalmente, os alunos cujas capacidades visuais ou auditivas estão afetadas. Assim, no que diz respeito a visão podemos considerar duas sob categorias: os cegos e os amblíopes. Os cegos são aqueles cuja incapacidade os impede de ler, seja qual for o tamanho da letra. Para ler, usam o sistema Braille. Os amblíopes, mesmo tendo em conta o grau de severidade do problema são capazes de ler desde que efetuem modificações no tamanho das letras, (ibidem, p. 48).

De acordo com Rosseto, Iacono e Zanetti (2006, p. 35) a deficiência física deve ser entendida como sendo uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, podendo ser elencadas da seguinte forma:

- I. Monoplegia, paralisia de um membro do corpo;
- II. Hemiplegia, paralisia da metade do corpo, por lesão de via piramidal;
- III. Paraplegia, paralisia dos membros inferiores do corpo;
- IV. Triplegia, paralisia de três membros do corpo;
- V. Tetraplegia, paralisia dos membros inferiores e superiores do corpo;
- VI. Monoparesia, perda parcial de um membro do corpo;
- VII. Hemiparesia, paralisia parcial da metade do corpo, por lesão de via piramidal;
- VIII. Paraparesia, paralisia parcial dos membros inferiores do corpo;

- IX. Triparesia, paralisia parcial de três membros do corpo;
- X. Tetraparesia, paralisia parcial dos membros inferiores e superiores do corpo;
- XI. Amputação ou ausência de membros do corpo;
- XII. Paralisia cerebral.

1.1.5 Necessidades Especiais Ligeiras

Segundo Correia (2008, p. 48), são aqueles em que a adaptação do currículo escolar é parcial e se realiza de acordo com as características dos alunos, num certo momento do seu percurso escolar. Geralmente, podem manifestar-se como problemas ligeiros de leitura, escrita ou calculo ou como problemas ligeiros, atrasos ou perturbações menos graves ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socioemocional. A resposta educativa a estas problemáticas geralmente exige uma modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno num determinado momento do seu desenvolvimento e percurso educacional.

1.1.6 Deficiência

Temos na cartilha da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN (2006a) que toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que possuem:

I. Deficiência física: Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando no comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as

deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

II. Deficiência auditiva: Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz..

III. Deficiência visual: Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 graus no melhor olho com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

IV. Deficiência mental: Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: Comunicação; Cuidado pessoal; Habilidades sociais; Utilização da comunidade; Saúde e segurança; Habilidades acadêmicas; Lazer; e, Trabalho.

V. Deficiências múltiplas: Associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa (FEBRABAN, 2006a).

1.1.7 Inclusão Social das Pessoas com Deficiência

Diante das inúmeras mudanças que vemos hoje eclodir na sociedade, surge o movimento da inclusão, que é consequência da visão social de um mundo democrático, onde se anseia respeitar direitos e deveres. A limitação de um indivíduo não diminui seus direitos. As pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e esta deve se preparar para lidar com a diversidade humana. Todos devem ser respeitados e aceitos, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, opção sexual ou suas deficiências (FEBRABAN, 2006a).

Apesar dos dispositivos legais que garantem tratamento igualitário a todo cidadão, existem, na sociedade, inúmeras situações onde se estabelecem diferenças

entre as pessoas consideradas “normais” e aquelas que são vítimas de necessidades especiais: os transportes coletivos sem adequações de uso para pessoas com deficiência; os concursos públicos com exigências que bloqueiam a participação de todos, exemplo de exames físicos e de aptidões bloqueadoras de acesso as pessoas com deficiência, entre outros. Tal quadro nos remete a perceber a complexidade da problemática e as definições no trato com as necessidades especiais (GOES; SANTOS; SANTOS, 2012).

Mazzota e D’Antino (2011, p. 377) salientam que:

(...) a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais.

Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece potencial de todo cidadão, é denominada sociedade inclusiva.

De acordo com a cartilha da FEBRABAN (2006a, p. 17) leciona-se que:

A sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e auto-suficiente. É democrática e reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania. É uma sociedade fraterna, ou seja, busca todas as camadas sociais, atinge todas as pessoas, sem exceção, respeitando-as em sua dignidade.

Contudo, temos que o conceito de inclusão se expande à medida que não somente defende grupos de pessoas com deficiência, mas também reivindica igualdade de direitos para todos os cidadãos que, por um motivo qualquer, estejam excluídos de um ambiente social e dos serviços oferecidos pela sociedade. Caminha, portanto, no sentido de uma “sociedade para todos” e do reconhecimento de que a sociedade deve ser plural e aberta às diferenças. Ao fazer uma reflexão sobre a questão da igualdade de oportunidades, não se pode esquecer que vivemos, mais do que nunca, em um mundo capitalista, onde a produção, sob todos os aspectos, é valorizada e cobrada pela sociedade (BENFICA; PEREIRA; ALVES, 2008).

As dificuldades são inúmeras para a sobrevivência da pessoa com deficiência, porém, as mudanças de valores acontecerão, paulatinamente, quando a sociedade não se mostrar indiferente diante da problemática, abrindo espaços para que a pessoa com deficiência extravase suas potencialidades, fazendo parte do processo educacional, do mercado de trabalho e do contexto social.

1.1.8 Legislação Brasileira dos Direitos Básicos as Pessoas com Deficiencia

No século XX, ocorreram expressivas mudanças na interpretação e efetivação de direitos em saúde, nos padrões de saúde-doença, nos conhecimentos médicos, nos modelos e práticas assistenciais. Surgiram novas construções tecnicocientíficas, serviços, medidas e ações públicas e privadas em saúde, intermediados por lutas sociais em prol de condições mais dignas de vida e políticas públicas favoráveis (TELLES, 2010).

Nunes *et al.* (2008) pontua que a lei brasileira (7853/89) diz que o governo tem que tratar a pessoa com deficiência com prioridade garantindo a acessibilidade. Nos termos do art. 2º da Lei n.º 10.098/2000, acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Os termos do Decreto n.º 5.296/2004 definem que Pessoa com Deficiência é o indivíduo que possui

limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

- a) deficiência física;
- b) deficiência auditiva;
- c) deficiência visual;
- d) deficiência mental;
- e) deficiência múltipla.

Entre os principais direitos garantidos expressados através da legislação brasileira podemos destacar:

I. Direito ao Trabalho: No Brasil a reserva de postos de trabalho nos setores públicos e privados para pessoas com deficiência e a respectiva porcentagem, estão previstas em uma série de dispositivos legais, entre os quais podemos salientar:

- Constituição Federal de 1988: Em seu Art. 37 expressa que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: VIII: A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão”.

- Lei 7.853/89: Estatuto da pessoa com deficiência Art. 2, parágrafo único, III-d: “Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com necessidades especiais em pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”. III - Na área da formação profissional e do trabalho: “Adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho em favor das pessoas com necessidades especiais nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regulamente a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas com necessidades especiais”.

- Lei 8.213/91: também conhecida como Lei de Cotas, estabelece a reserva de vagas de emprego para pessoas com deficiência (habilitadas) ou para pessoas que sofreram acidentes de trabalho, beneficiárias da Previdência Social (reabilitados). A

obrigação vale para empresas com 100 ou mais funcionários e as cotas variam entre 2% e 5% dos postos de trabalho.

- Decreto 3.298/99: foi regulamentada 10 anos depois pelo decreto presidencial 3.298/99. Este define os termos “deficiência, deficiência permanente e incapacidade”, traz capítulos sobre comparação de oportunidades, saúde, acesso à educação e ao trabalho, lazer e acessibilidade. O decreto presidencial se tornou modelo para as legislações municipais e estaduais.

II. Direito à acessibilidade: Para que as pessoas com deficiência possam ter liberdade de ir e vir e se sentir parte da comunidade, elas necessitam de um meio físico adequado e que garanta segurança e acesso. O direito a acessibilidade está descrito nas Leis 10.098/00 - regulamentada através do Decreto 5.296/04 - e 10.048/00 que prevêm a adequação das vias e de espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, nos meios de transporte e de comunicação e do acesso a informação.

III. Direito à saúde: A assistência à saúde e à reabilitação clínica são condições decisivas para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Para promover a melhoria da qualidade de vida e com intuito de estimular a independência do indivíduo com deficiência nas suas atividades diárias foi criado o sistema das Redes Estaduais de Assistência à Pessoa com Deficiência. Este projeto oferece ajuda técnica, além de órteses e próteses para que a pessoa tenha maior autonomia.

IV. Direito à educação: A Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reconhece que a educação é um instrumento fundamental para a integração e participação de qualquer pessoa com deficiência no contexto em que vive. Está disposto nesta Lei que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”. A legislação brasileira também prevê o acesso a livros em Braille de uso exclusivo das pessoas com deficiência visual.

V. Direito a isenções fiscais e financiamento: Pessoas com deficiência, empresas, bancos e demais instituições ligadas a este público possuem alguns benefícios

previstos em lei. Para as empresas dispostas a contribuir com a inclusão social das pessoas com deficiência a legislação brasileira prevê a concessão fiscal. Podem ser firmados convênios que garantem a isenção de ICMS, seja para doação de equipamentos adaptados, seja para aquisições de aparelhos e acessórios destinados às instituições que atendam este segmento da população.

VI. Direito ao passe livre: Os cidadãos com deficiência também possuem benefícios relacionados aos meios de transporte. A Lei 8.899/94, conhecida como Lei do Passe Livre, prevê que toda pessoa com deficiência tem direito ao transporte coletivo interestadual gratuito e que cabe a cada estado ou município implantar programas similares ao Passe Livre para os transportes municipais e estaduais. Além do transporte gratuito, o município deve garantir que os meios de transporte sejam acessíveis a estes cidadãos (FEBRABAN, 2006b).

Deve-se reconhecer que as pessoas são seres singulares e ao mesmo tempo sociais. No entanto, garantir de forma contundente e abrangente a concretização deste modelo de sociedade, que propicia oportunidades igualitárias para todos, não é tarefa fácil.

De acordo com Telles (2010, p. 23) temos que:

(...) o cenário da política pública relacionada à pessoa com deficiência muda totalmente a partir do marco da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006, da ONU, ratificada pelo Brasil em 2008. Aí temos um grande momento, um pulo, um salto, aquele salto com vara mais alto, aquele que ganha a medalha de ouro nas olimpíadas e nas paraolimpíadas.

Do modelo de integração até a sociedade inclusiva, o movimento político das pessoas com deficiência vem trabalhando, intensamente, para alcançar um novo patamar de dignidade humana. Ainda convive com resquícios de segregação, muito de integração, e são incipientes as práticas de inclusão, as quais apresentam a diversidade humana como regra e, por conseguinte, têm como princípios norteadores da sociedade o respeito e a valorização das diferenças. Autonomia, direito a fazer sua própria escolha,

vida independente e não discriminação podem ser sumarizados pelo lema “Nada sobre nós sem nós” (JUNIOR, 2010).

Dentro desta conjuntura temos ainda nos estudos de Digirolamo (2010, p. 42), a seguinte afirmação:

A Convenção da ONU, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo governo brasileiro em 2008, reitera a necessidade de que os Estados Partes tomem medidas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência a serviços de saúde, inclusive na área de saúde sexual e reprodutiva e de programas de saúde pública destinados à população em geral. Constitui ação prioritária do Ministério da Saúde o fortalecimento da Política dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, que vem sendo implementada através de ações intersetoriais e interministeriais. A Política Nacional de Saúde para Pessoas com Deficiência estabelece em suas diretrizes que ações voltadas para a saúde sexual e reprodutiva são elementos de atenção integral à saúde das pessoas com deficiência.

Este evento representa um importante avanço, de sua elaboração até sua concretização, que envolveu as próprias pessoas com deficiência, contudo Digirolamo (2010) ressalta que para garantir a saúde sexual e reprodutiva de pessoas com deficiência é preciso incluir a Educação Sexual como matéria obrigatória nos Centros de Saúde e Educação abertos para este público. Um bom programa de educação sexual deve seguir os seguintes princípios:

- Toda pessoa tem direito à expressão sexual plena e responsável;
- O ajustamento sexual é facilitado pela maior comunicação sexual;
- A inclusão afetiva sexual é um dos aspectos essenciais da saúde plena;
- A expressão sexual é um processo dinâmico, que sofre alterações de acordo com as necessidades físicas, as experiências e o meio social;
- A aceitação sexual é secundária à auto aceitação sexual; e,

- A sexualidade somente pode ser expressa, reprimida ou suprimida.

Cordeiro e Pinto (2010) acrescentam ainda que a atenção integral à saúde, destinada à pessoa com deficiência, pressupõe uma assistência específica à sua condição além de assistência a doenças e agravos comuns a qualquer cidadão. A porta de entrada da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde é a Atenção Básica/Saúde da Família. Baseada na igualdade, na equidade e na disponibilização de condições para essa igualdade, a inclusão prevê a modificação da sociedade para que todos, sem distinção de grupo, raça, cor, credo, nacionalidade, condição social ou econômica, possam desfrutar de uma vida de excelência, sem exclusões.

1.1.9 Formação e Necessidade de uma Equipe Multidisciplinar na Promoção da Inclusão Social dos Alunos com NEE

Uma equipe multidisciplinar pode ser definida como “um grupo de indivíduos com contributos distintos, com uma metodologia compartilhada frente a um objetivo comum, cada membro da equipa assume claramente as suas próprias funções, assim como os interesses comuns do coletivo, e todos os membros compartilham as suas responsabilidades e seus resultados” (ZURRO, FERREROX; BAS, 1991, p. 29).

Diante desse entendimento concebemos a equipe multidisciplinar incorporada por diversos profissionais de áreas diversas, com um objetivo comum, no caso da educação especial, voltados para as necessidades do aluno, cada um dentro de sua área, trazendo contribuições para a resolução das necessidades de cada educando.

Ainda não foi possível encontrarmos na literatura brasileira suporte teórico ao nosso trabalho e por isso tivemos que recorrer à literatura estrangeira, já que no Brasil ainda não existe uma definição clara de equipe multidisciplinar na educação. Encontramos esboços de equipes multidisciplinares em que os membros participantes atuam de forma individual, cada um na sua área, e as intervenções acontecem de forma isolada não havendo uma articulação e troca de informações entre os profissionais.

Predominam ainda lógicas individualistas em que o individualismo profissional, isolando saberes, separando o tempo de formação da sua ação, valorizando a teoria, e

separando esta da sua prática, assume uma peculiaridade destacada na forma social de exercer o trabalho. O que se tem observado na escola é que, quando se pretende introduzir diferentes profissionais num contexto educativo, porque a escola e o professor não conseguem por si só resolver os problemas do cotidiano, os resultados não têm sido aqueles esperados, ficando aquém do que desejamos.

É esta comprovação que Huberman (*apud* Garcia, 1994) explicita quando afirma que: “na educação os grupos interdisciplinares de especialistas ainda não encontraram linguagem comum, métodos de pesquisa comuns e modos comuns de percepção que lhes permitam convergir sobre os problemas da educação”.

Quando se fala em equipe multidisciplinar não podemos deixar de falar em Interdisciplinaridade. Segundo Severino (1989) a interdisciplinaridade implica no plano prático operacional em que se estabelece mecanismos e estratégias de efetivação de um diálogo solidário no trabalho científico, tanto na prática da pesquisa como na do ensino e da prestação de serviços.

A interdisciplinaridade é fundamentada num regime de cooperação, possibilitando o diálogo entre as diversas áreas, o que leva a uma interação, condição indispensável para a efetivação do trabalho em equipe. É necessário que os profissionais tenham a capacidade de trabalharem numa visão de totalidade, sem anular o seu saber individual diante do saber coletivo. Na prática, a interdisciplinaridade cria estratégias enriquecedoras para a ação profissional produzindo uma competência que dificilmente o indivíduo sozinho teria.

Ninguém nasce competente, isso ocorre por meio da busca do saber conhecendo novas teorias, técnicas e as colocando em prática com comprometimento e responsabilidade junto ao trabalho. A questão do saber está diretamente relacionada ao nosso cotidiano, o que nos leva a buscar novos conhecimentos e a repensar nossas atitudes como profissionais.

De acordo com Severino (1989), “o saber, enquanto prática simbolizadora dos homens, só será autenticamente saber quando se der interdisciplinarmente”. Na atuação profissional em equipe é importante ter-se a consciência de que não estamos sozinhos no mundo, é necessária a convivência entre os profissionais, no compartilhamento das decisões, cada membro tem sua função que, se agrupada, resulta num trabalho eficiente.

O trabalho multiprofissional implica em responsabilidade, respeito aos colegas, porque o profissional realiza o seu trabalho voltado para o grupo de forma que a equipe cresça, principalmente na qualidade dos serviços prestados. A equipe pode ser exemplificada como um corpo onde os membros devem funcionar integrados para o bom andamento do todo, de acordo com Garcia (1994, p. 55):

“Mais do que participar em actividades de inovação e mudança é necessário encontrar sentidos através de entendimentos e vontades. É o reencontro com o sentido de pertença quando ganha vulto a pergunta, quem sou eu? Mais do que ser professor, médico, psicólogo, assistente social ou fonoaudiólogo, é decisiva a atribuição de significados que cada um coloca na sua participação no processo educativo”.

Encontramos também em Nunes, Glat, Ferreira e Mendes, (2001), estudos que vêm confirmar o que já dissemos acima. O texto apresenta a discussão sobre os resultados de nove trabalhos que tiveram como tema a prática dos profissionais em Educação especial, levantando importantes pontos para discussão sobre a atuação e papéis destes profissionais, seus conhecimentos e preceitos.

Entre os pontos estudados pelas pesquisas, foi percebido por Andrade (1986) que os profissionais ao realizarem reuniões de equipe não dispunham de elementos importantes para a caracterização dos casos a serem discutidos, o que comprometia a definição e a implementação de formas para a intervenção nos casos colocados em pauta.

Também foram observadas diferentes visões entre os profissionais da equipe para o caso discutido. A discussão em equipe é um meio extremamente importante justamente pelo ecletismo de visões, para que se possa enxergar o aluno em sua amplitude e definir mais precisamente os rumos educacionais e clínicos da criança.

Nota-se que a escassez de informações, dificuldades de ajustes entre a equipe de profissionais, dificultam um melhor acompanhamento e evolução do caso, o que prejudica substancialmente o desenvolvimento da criança em questão. Santos (1991) ao analisar as representações, percepções e vivências de profissionais que trabalham com estimulação precoce nas escolas percebeu que os profissionais demonstraram necessidade de aprimorar seus conhecimentos, especializando-se, pois não possuíam fundamentação teórica que orientasse e oferecesse um significado a sua prática.

Assim percebe-se que a falta de orientação e formação são os principais pontos encontrados para pertencer a uma equipe multidisciplinar; obriga a que cada elemento reveja a sua história, percurso e perspectivas, no espaço e no tempo, com o intuito de mobilizar conhecimentos adquiridos e direcioná-los de uma forma integrada e articulada.

Daí que não é fácil iniciar um processo, uma espécie de “balanço de vida, uma vez que este implica a reconstrução retrospectiva da sua trajetória de vida partilhada e confrontada com outros profissionais” (NÓVOA; FINGER,1988, p.46).

Estamos diante de um novo paradigma de formação-ação que necessita de solidariedade entre os diferentes profissionais que constituem as equipes multidisciplinares. Sabemos que cada área de conhecimento humano tem as suas especificidades e o grande nó é cada profissional sair de sua individualidade para partilhar com seus pares os conhecimentos adquiridos na busca de um consenso entre os diversos saberes em torno de um objetivo comum.

Na área da educação, a presença de diferentes profissionais, atuando em equipes, em vez de tornar a escola mais eficaz, tem também mostrado problemas de funcionamento que tem contribuído para a fragilização dos professores e de outros profissionais.

Se, como vimos, parece problemática a intervenção desses profissionais, e se a sua contribuição hoje é uma evidência, então, a questão talvez se situe na forma como a escola terá que se organizar e como deverá estruturar para a participação dos diferentes profissionais que com ela colaboram (GARCIA,1994, p. 12).

As equipes multidisciplinares podem ser um dos lugares de produção de sentidos novos para o trabalho educativo, tanto no ensino regular como nas escolas de educação especial. O trabalho em equipe oferece chances maiores de produção de conhecimentos através de trocas de opiniões permitindo relacionar, também, o conhecimento com a ação, vive-se um processo de avanço do conhecimento, o qual se assume como condição indispensável para a elaboração de propostas de intervenção dos profissionais na política educativa.

Estamos perante uma problemática que está longe de ser uma questão técnica. O desafio que as equipes multidisciplinares colocam é o da formação de novos espaços de socialização profissional articulados com novos modelos de intervenção. A

multidisciplinaridade surge da necessidade de uma ação integrada dos vários profissionais da educação especial na construção de melhor qualidade diante das situações complexas que encontramos no sistema educativo atual.

De acordo com Saviani (1999, p. 115) [...] é necessária ser repensada com urgência essa figura anacrônica do “especialista em educação. Se concebermos o platô educativo como uma área aberta, temos muito mais a ganhar em termos de criatividade e potencialidades com múltiplas abordagens transversais com profissionais das mais diversas áreas contribuindo para pensar e construir a educação”.

Dentro desse cenário destaca-se que o educador não pode mais ser concebido como esse especialista em generalidades. Talvez possamos ensaiar a necessidade de que todos nós, das mais diversas áreas, debruçemo-nos sobre a problemática da educação.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

Este capítulo vem apresentar a metodologia utilizada na pesquisa, onde se tem que esta se refere aos fundamentos e pressuposto filosófico que estruturam um estudo específico. Na atualidade, percebemos que a diversidade e relatividade de fundamentos, ideologias, conceitos e conhecimentos, norteiam a ciência com novos paradigmas científicos, abrindo um leque de possibilidades que podem conduzir uma pesquisa a diversos caminhos e respostas.

Diante deste contexto, iniciaremos este capítulo partindo dos conceitos: quanto ao conhecimento científico; quanto ao método; quanto à natureza da pesquisa; aos objetivos e procedimentos, para que fiquem claros os porquês dos caminhos percorridos e das opções realizadas.

2.1 CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento científico é aquele produzido pela investigação científica. Portanto, ele é factual porque lida com ocorrências ou fatos reais. É sistemático, pois ordena logicamente as ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, de modo que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, aproximadamente exato. Assim, novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo das teorias existentes, e nem sempre a verdade de ontem é a de hoje. Desse modo, o conhecimento científico é um eterno construto (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Compreende-se que o procedimento científico decorre inicialmente de um problema que desafia a inteligência humana. O cientista elabora uma hipótese ou identifica uma questão de pesquisa e propõe as condições para seu controle, a fim de confirmá-la ou não, no entanto, nem sempre a conclusão é imediata, sendo imprescindível repetir as experiências ou rever inúmeras vezes as hipóteses/questões de pesquisa.

Neste estudo, a hipótese se constitui numa afirmativa de que o conhecimento acerca da NEE contribui para a remoção da barreira na aprendizagem, favorecendo a Educação Inclusiva.

Desse modo, o foco desta pesquisa é a comunidade escolar acerca da Educação Inclusiva, suas contribuições para a valorização da identidade dos educandos enquanto sujeitos. Para tanto, o problema a ser respondido refere-se: Qual a importância de uma equipe multidisciplinar diante das crianças com NEE?

Para responder a esta questão, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar quais são os processos realizados pelas equipes multidisciplinares para o acolhimento e promoção do desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais em seus ambientes, com vista a diagnosticar em que medida uma equipe multidisciplinar pode se mostrar eficaz no processo de inclusão dos alunos NEE.

Assim, a ciência, diferente ao pensamento do senso comum, busca o entendimento da realidade de maneira racional, descobrindo relações universais e necessárias entre os fenômenos, permitindo prever acontecimentos e, conseqüentemente, também agir sobre a natureza.

2.2 CONHECIMENTOS ACERCA DO MÉTODO

Quanto ao método, tem-se que se constitui em um conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos (Nascimento, 2008). Diante dessa abordagem, optou-se pela utilização do método indutivo por ser o que mais se aproxima das finalidades desta pesquisa, buscando generalizar algumas propriedades comuns em certos números de casos, partindo de premissas menores até às generalidades.

2.3 A PESQUISA QUANTO À NATUREZA

Esse trabalho se baseia na pesquisa básica, pois objetiva gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem uma aplicação prática prevista, quanto a sua natureza, por ser um tipo de estudo sistemático motivado pela curiosidade intelectual, que se preocupa com o desenvolvimento do conhecimento, pelo prazer de conhecer e evoluir cientificamente.

2.4 A PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Em função das exigências na natureza do objeto de estudo, esse projeto se mostra como um caminho profícuo para a consecução dos objetivos propostos, uma vez que este estudo está relacionado à compreensão do sujeito da pesquisa, sendo este composto pelos pais, as crianças, e os elementos fundamentais para a constituição de uma equipa multidisciplinar.

O estudo foi realizado numa escola pública da rede urbana de Manaus/AM, dentro dum mesmo perímetro, o que facilitou o deslocamento da equipe do projeto, pois o objetivo era a realização da entrevista com aproximadamente 20% dos pais de crianças com NEE e todos os que compõem o corpo gestor da instituição escolhida como caso desse estudo.

A tentativa foi de capturar o significado que os sujeitos atribuem às questões que estão sendo focalizadas e as suas próprias ações. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2010) compactuam da mesma informação dizendo que:

(...) A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis [...] e uma de suas características mais significativas é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática (2010, p. 54).

Portanto, utilizamos em nossa investigação as técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como a entrevista, a observação não-participante, procurando com isto conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem no processo de recepção dos alunos NEE dentro da instituição de ensino.

2.5 QUANTO A FORMA DE ABORDAGEM

Para se obter as finalidades previstas nesta pesquisa, o procedimento de investigação empregado neste estudo foi a pesquisa qualitativa, com recurso a alguns elementos quantitativos, o que, segundo Santos (2004), possibilita obter informações de maior profundidade e ao mesmo tempo maior amplitude do problema investigado.

A combinação dos métodos quantitativo e qualitativo produz a triangulação metodológica, que, numa relação entre opostos complementares, busca a aproximação do positivismo e do compreensivismo. Assim, a triangulação é uma estratégia de pesquisa que contribui para aumentar o conhecimento sobre determinado tema, alcançar os objetivos traçados, observar e compreender a realidade estudada (NASCIMENTO, 2008).

Desta forma, utilizamos esta abordagem por atender às especificidades da pesquisa; para tanto, fizemos uso de técnicas como a observação, que aproxima o pesquisador da realidade pesquisada, e a entrevista que possibilitou o aprofundamento das informações conseguidas que complementa os dados obtidos no período de Agosto a Setembro de 2014.

2.6 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nesta pesquisa de campo foi utilizada uma entrevista com questões fechadas, de caráter informal, onde os gestores, professores, pais e alunos puderam ficar à vontade para suas respostas. A coleta de dados se deu entre os meses de Agosto e Setembro de 2014, e o tratamento desse resultado foi qualitativo.

Na primeira parte da entrevista elaborada, procedeu-se a uma análise com base dedutiva, onde Gil (2007, p. 27) descreve que é um método que “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. As outras etapas foram laboradas *in loco*.

A autora prezou pelo ato de não usar perguntas muito específicas, sempre tendo a ética como fator diferencial na atuação da pesquisa; as perguntas possuem caráter neutro, como maneira de não influenciar as respostas,. Segundo Vergara (2009, p.87), “as modalidades de observação que são empregadas na investigação científica são a observação assistemática, a observação sistemática, a participante, a não participante, a individual, em equipe, na vida real e em laboratório, que variam de acordo com as circunstâncias”. Durante a realização da pesquisa a autora utilizou-se da observação não participante.

2.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Na escola em estudo foram verificados os aspectos éticos fundamentais, porém, com discriminação na seleção para que fosse possível compor um grupo de entrevistados representativos e capazes de fornecer as informações necessárias a esta pesquisa. A pesquisadora comprometeu-se com os entrevistados em não expô-los a riscos desnecessários, preservando o anonimato de todos.

2.8 APRESENTAÇÃO DE DADOS

Neste tópico estão sendo apresentados os dados coletados durante a entrevista na escola “X”, a inclusão social nas escolas, onde pontua-se que a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios.

2.8.1 Quanto a Entrevista dos Gestores

A entrevista dos gestores foi composta por 10 perguntas objetivas, podendo este justificar a sua resposta de acordo com a sua vivência na escola e seus conhecimentos a respeito do tema com a finalidade de analisar os questionamentos que permeiam a temática, aqui transcrito na íntegra:

- 1) Descreva os passos para a construção da Educação Inclusiva de sua escola.
- 2) Como descreve a participação dos docentes na construção da Educação Inclusiva?
- 3) Como você registra a participação da comunidade na construção da Educação Inclusiva?
- 4) Como define os alunos NEE que atende na sua escola?
- 5) Descreva a comunidade na qual a escola está inserida?
- 6) Descreva as particularidades do trabalho desta comunidade?
- 7) De que forma os saberes dos alunos estão articulados na Educação Inclusiva de sua escola?
- 8) Que projetos são realizados durante o ano na sua escola?
- 9) Como define a Educação Inclusiva?
- 10) Qual a importância de uma equipe multidisciplinar no processo da Educação Inclusiva para a sua escola?

Nos itens 1, 2 e 3 a finalidade foi verificar a atuação dos gestores da Educação Inclusiva da escola e sua visão sobre a participação da comunidade escolar no processo de inclusão social, tendo em vista a relevância da participação desta na construção de uma equipe multidisciplinar. Nos itens 4, 5 e 6 buscou-se verificar o seu conhecimento quanto à Educação Inclusiva, bem como a herança cultural dos alunos de sua escola. Nos itens 8 e 9 a intenção foi averiguar a existência de projetos voltados para a Educação Inclusiva que reforcem a identidade dos alunos enquanto sujeitos sociais. Por fim, no último item buscou-se verificar a concepção dos gestores sobre a importância de uma equipe multidisciplinar.

Levando em consideração que a gestão escolar engloba todos os aspectos relacionados à organização, administração e pedagogia educacional, não nos detivemos a essas especialidades em relação ao trabalho dos gestores entrevistados frente à inclusão de alunos com NEE.

Corroborando a este contexto, tem-se nos estudos de Luck (2009, p. 05) o seguinte argumento relacionado ao trabalho do gestor pedagógico na escola:

(...) a gestão pedagógica é, de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante, pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover aprendizagem e formação dos alunos, conforme apontado anteriormente. Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que está se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Considerando estas premissas relacionadas a trabalho dos gestores, foram identificadas formas diferentes de respostas, onde, de acordo com as respostas encontradas referentes aos itens 1, 2 e 3, o gestor da escola X respondeu que os passos para a construção da Educação Inclusiva são realizados através de várias reuniões, com a participação dos funcionários, da comunidade escolar e a participação ativa da supervisora na elaboração do mesmo.

O gestor da escola X descreve que a participação dos docentes é fundamental para a elaboração da Educação Inclusiva, sabendo que estes docentes estão no dia a dia com os alunos fazendo parte do cotidiano escolar. Quanto aos itens 4, 5 e 6, o gestor respondeu apenas que a comunidade é oriunda de outros bairros da cidade.

Segundo a descrição do gestor da escola X é possível definir a Educação Inclusiva como uma educação específica, voltada para a realidade onde os mesmos estão inseridos, verificando a sua herança cultural e que ainda estão aprofundando os seus conhecimentos sobre o tema.

Isso ocorre porque a legislação brasileira representa, sem dúvida, uma evolução nas políticas dirigidas às pessoas com NEE, A escola enquanto instituição deve ser um ambiente acolhedor e prazeroso, que possa proporcionar a todos os alunos independentemente da situação o acesso, a permanência, bem como o aprendizado com sucesso e qualidade.

Mesmo frente a este cenário, este estudo ressalta que esta ideologia de modelo de escola, ainda está longe de se concretizar, porém, torna-se fundamental tornar efetiva as políticas existentes, para que os mecanismos legais possam fundamentar o direito de todas as crianças a conviverem juntas em um espaço regular de ensino.

Por fim, essa pesquisa preconiza que o Gestor Educacional deve desempenhar papel importante no processo de inclusão dos alunos NEE, pois este deve auxiliar os professores na identificação das NEE; elaborar um currículo dinâmico e flexível que permita “fazer” ajustes de acordo com as necessidades apresentadas pelos alunos, entre outras.

2.8.2 Quanto à Entrevista dos Professores

A entrevista dos professores foi composta por 10 perguntas abertas e fechadas, podendo estes justificar suas respostas de acordo com a sua vivência na escola e seus conhecimentos no sentido de responder a esta pesquisa. O guião da entrevista distribuída aos professores está transcrita abaixo na íntegra:

1) Você possui algum conhecimento acerca de Educação Inclusiva:

() sim () não

2) Conhece os projeto voltados a Educação Inclusiva da escola:

() sim () não

3) Qual a sua participação na construção dos projetos voltados a Educação Inclusiva:

() sempre () frequentemente () algumas vezes () nunca () não sei

4) Você participa de projetos voltados a Educação Inclusiva, descreva a sua atuação?

5) Como descreve a participação da comunidade nos projetos de Educação Inclusiva?

6) Quais as atividades que mais desenvolvem com seus alunos?

7) A direção cria oportunidades frequentes para trocas de ideias, inovação e criação conjunta no trabalho:

() sempre () frequente () algumas vezes () nunca () não sei

8) Que projetos são realizados durante o ano na sua escola?

9) Como descreve os alunos de sua sala de aula?

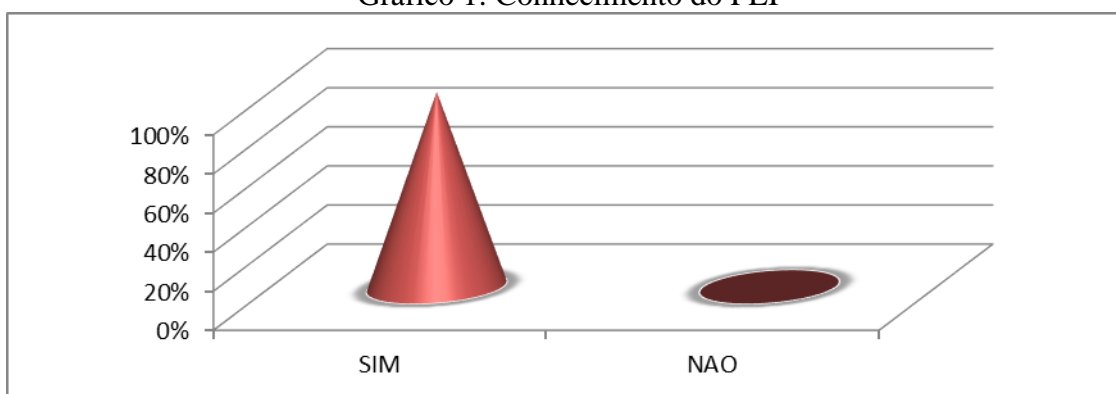
10) Como define a Educação Inclusiva?

Os itens 1, 2, 3 e 4 objetivaram verificar os conhecimentos dos professores acerca do Projeto de Educação Inclusiva, bem como a sua participação na construção do mesmo. No item 5 buscou-se identificar a percepção dos professores sobre a participação da comunidade. No item 6 pretendeu-se verificar se os professores desenvolvem atividades em consonância com a proposta de Educação Inclusiva. No item 07 a finalidade foi verificar a percepção dos professores sobre a atuação da direção da escola para um trabalho coletivo na construção do Projeto de Educação Inclusiva. Com o item 08 o objetivo se deu em verificar a inclusão de projetos específicos de Educação Inclusiva com ações que reforcem a identidade dos alunos enquanto sujeitos sociais durante algum período do ano na escola. E, por fim, no item 09 foi identificar a concepção dos professores sobre a Educação Inclusiva.

No contexto da educação inclusiva, o professor é o profissional que mais está envolvido com as crianças NEE, por este motivo cabe a ele a responsabilidade maior pela educação e inserção da criança no contexto socioeducativo. O que ficou evidente nas entrevistas realizadas junto a esses profissionais, foram sucessivas queixas a respeito de suas dificuldades sobre o que fazer, o como fazer, por que fazer, onde, até onde fazer, entre outras.

Seus conhecimentos, de acordo com as próprias falas, não são suficientes para alcançar a compreensão dos processos de aprendizagem dessas crianças, bem como suas técnicas, seus recursos, seus materiais. Nesse sentido, a educação da criança NEE deve contemplar a compreensão do seu desenvolvimento singular e dos mecanismos compensatórios desenvolvidos por ela para que se possa elaborar estratégias pedagógicas eficazes e em conformidade com suas especificidades. No que se refere ao conhecimento acerca do Projetos de Educação Inclusiva (PEI) de sua escola extraiu-se que todos possuem conhecimento do mesmo, gerando um percentual de 100% sobre o conhecimento do documento, como se observa no gráfico abaixo:

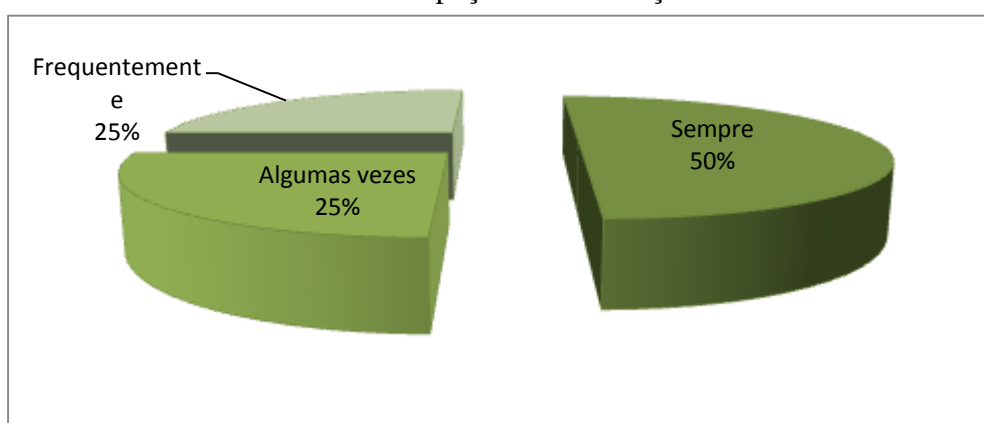
Gráfico 1: Conhecimento do PEI



Elaborado: Autora (2014).

Todavia, no que se refere à participação dos professores na construção do referido documento, verificaram-se diferentes respostas do tipo: sempre, frequentemente e algumas vezes (tem que interpretar essas respostas, esse é o trabalho do investigador), como se observa abaixo:

Gráfico 2: Participação na construção do PEI

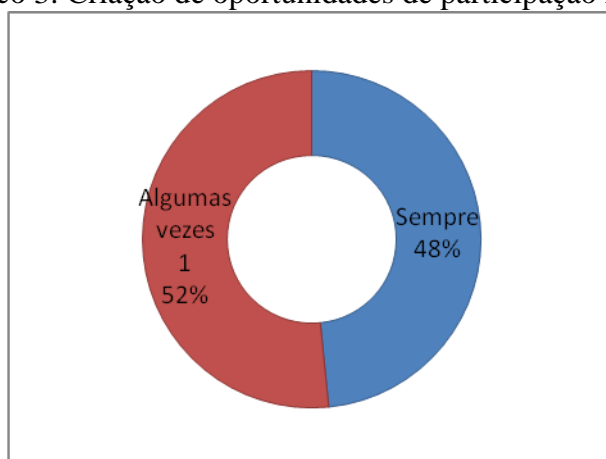


Elaborado: Autora (2014).

No quesito sobre a atuação das professoras no PEI, 03 professores responderam que participam dando ideias e somente 01 mencionou não participar. Sobre a participação da comunidade para a construção do referido documento, 03 professoras responderam que a comunidade participa das reuniões dando ideias, em detrimento de 01 professora que respondeu que a comunidade não é convidada a participar constantemente das reuniões quando se refere à construção do PEI.

No que se refere à criação de oportunidade da direção para a elaboração do Projeto Político Pedagógico gerou um percentual de 48% que respondeu sempre e 52% algumas vezes.

Gráfico 3: Criação de oportunidades de participação no PEI



Elaborado: Autora (2014).

Sobre as atividades que desenvolvem em sala, todos os professores responderam que realizam atividades que ampliam a leitura e escrita das crianças NEE; o raciocínio matemático, através das quatro operações e sobre os conteúdos de ciências, histórias, geografia, arte e religião. Quanto aos projetos realizados durante o ano na escola, todos os professores responderam que são projetos temáticos como o dia do índio, livro infantil, descobrimento do Brasil, dia das mães, estes voltados com o objetivo de desenvolver a leitura e escrita dos alunos, ou seja, não há a existência de nenhum projeto voltado à Educação Inclusiva.

No que se refere ao conhecimento dos professores a respeito dos seus alunos, todas as professoras descreveram seus alunos somente como atuam em sala de aula, relatando que são participativos e que gostam de brincar de forma lúdica, não respondendo sobre seus problemas enfrentados diariamente.

Sobre o conhecimento acerca de Educação Inclusiva responderam que é uma educação específica e que estão em formação sobre essa temática. Ao professor que deseje trabalhar com o aluno incluído, torna-se fundamental o rompimento com os paradigmas operantes que valorizam a fragmentação do sujeito e do conhecimento. Requer a reconstrução de conceitos em que o sujeito passe a ser visto como um outro personificado, e não mais sob a condição de atributos e rótulos que limitam suas possibilidades.

2.8.3 Quanto à Entrevista aos pais

Objetivou-se com este instrumento identificar o conhecimento e participação da família na construção da Educação Inclusiva, bem como o incentivo da escola para melhorar o desenvolvimento dos alunos e a criação de oportunidades por parte dos professores para trocas de ideias conjuntas no sentido de valorizar a cultura e os saberes dos alunos. Seguem abaixo os itens do questionário aplicados aos pais de alunos com NEE:

1) Conhece o projeto de Educação Inclusiva da escola:

() sim

() não

() não sei

2) Como participa da construção do Projeto de Educação Inclusiva:

() sempre

() frequentemente

() algumas vezes

() nunca

3) A escola incentiva à participação dos pais ou responsáveis para melhorar o desenvolvimento dos alunos NEE:

() sempre

- () frequentemente
- () algumas vezes
- () nunca
- () não sei

4) Os professores criam oportunidades para frequentes trocas de ideias, inovações e criação conjunta no sentido de valorizar a inclusão social através de suas atividades:

() sempre () frequentemente () algumas vezes () nunca () não sei

5) Os professores valorizam em suas atividades os saberes de sua comunidade:

() sempre () frequentemente () algumas vezes () nunca () não sei

6) Como descreve seus filhos: do que brincam, o que fazem quando estão fora da escola, gostam da escola?

Do modelo de integração até a sociedade inclusiva, o movimento político das pessoas com deficiência vem trabalhando, intensamente, para alcançar um novo patamar de dignidade humana.

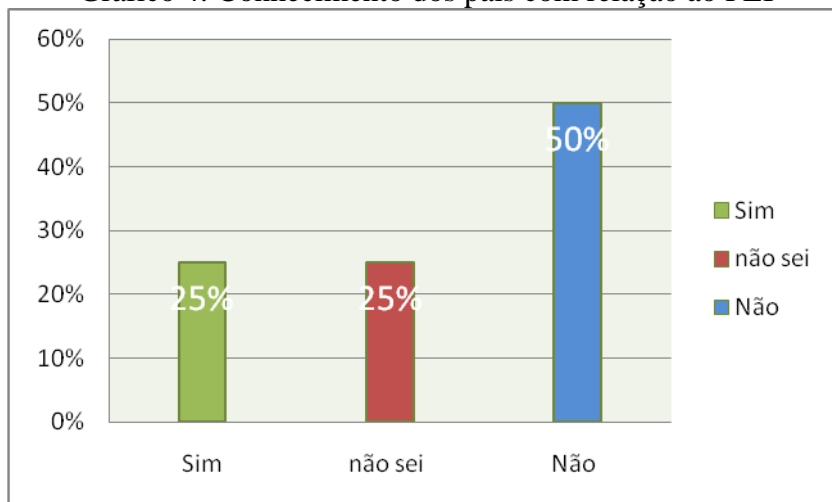
Ainda convive com resquícios de segregação, muito de integração, e são incipientes as práticas de inclusão, as quais apresentam a diversidade humana como regra e, por conseguinte, têm como princípios norteadores da sociedade o respeito e a valorização das diferenças. Autonomia, direito a fazer sua própria escolha, vida independente e não discriminação podem ser sumarizados pelo lema “Nada sobre nós sem nós” (JUNIOR, 2010).

O gráfico 05 representa o percentual de pais que possuem conhecimentos acerca da Educação Inclusiva das escolas em estudo. Onde se lê 25% dos pais conhecem o PEI da escola, 25% dos pais responderam não sei e 50% responderam não ter conhecimento sobre o mesmo.

Ter conhecimento acerca do PEI é interessante para os pais, isto porque “ao longo da história, a pessoa com necessidade especial foi visto como um ser incapaz devendo ser isolado por não possuir condições necessárias de contribuir produtivamente

com a sociedade e o atendimento dado a ele era baseado em modelo médico assistencial, na qual o “doente” deveria ficar sob responsabilidade familiar ou interno em instituições “protegidas”, segregado do resto da população” (GOES; SANTOS; SANTOS, 2012).

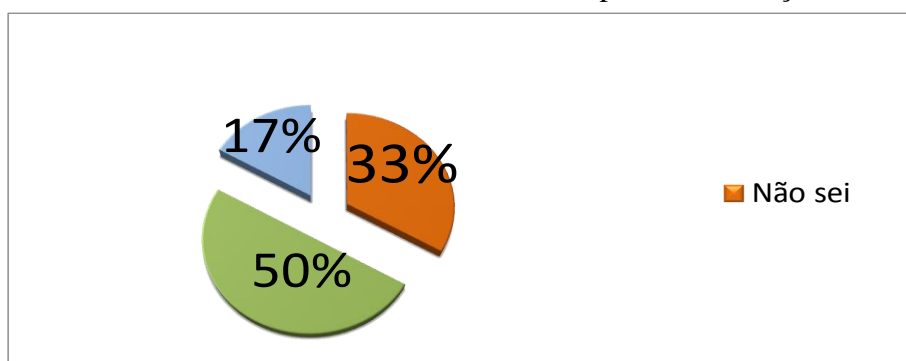
Gráfico 4: Conhecimento dos pais com relação ao PEI



Elaborado: Autora (2014).

O gráfico 06 representa o percentual de pais que participaram da construção do Projeto de Educação Inclusiva, definidos em 17% dos pais responderam nunca terem participado da construção do PEI, 33% responderam terem participado e 50% responderam terem participado algumas vezes da construção do mesmo.

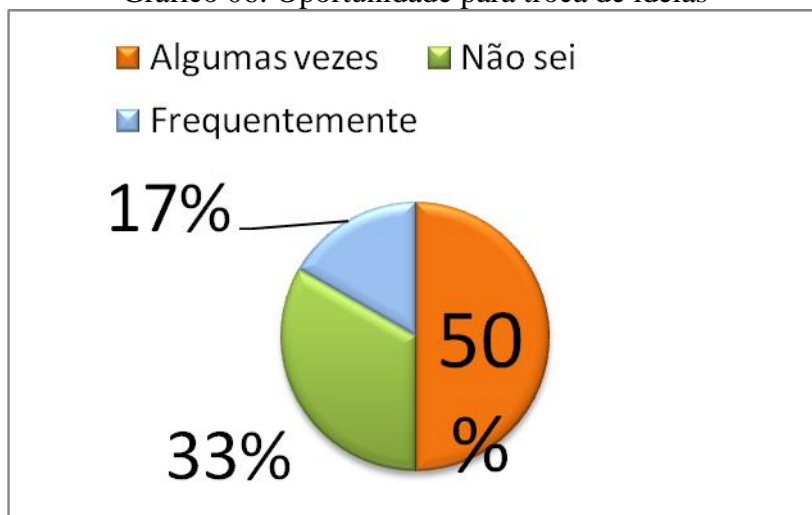
Gráfico 5: Incentivo da escola para a construção do PEI



Elaborado: Autora (2014).

O gráfico 7 demonstra na visão dos pais o incentivo da escola para os mesmos participarem da construção do Projeto de Educação Inclusiva, onde 17% dos pais responderam frequentemente, 33% dos pais não sabem e 50% dos pais algumas vezes.

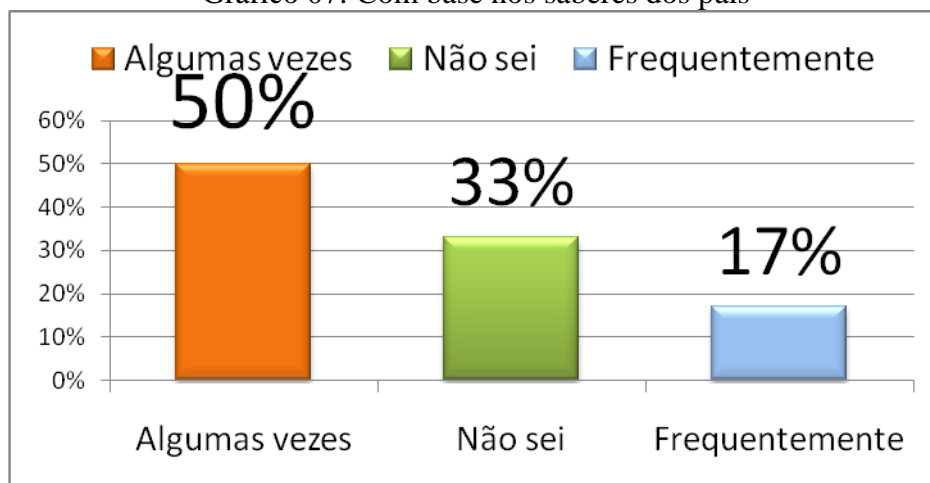
Gráfico 06: Oportunidade para troca de idéias



Elaborado: Autora (2014).

O gráfico 08 demonstra os dados quantitativos sobre criação de oportunidades realizadas pelos professores para frequentes trocas de idéias, inovações e criação conjunta no sentido de valorizar a cultura e os saberes dos alunos através das atividades de sala, no qual 17% dos comunitários responderam que os professores criam oportunidades para as trocas de idéias, 33% responderam não saber e 50% mencionaram algumas vezes.

Gráfico 07: Com base nos saberes dos pais



Elaborado: Autora (2014).

2.8.4 Quanto às Entrevistas dos Alunos

No intuito de conhecer mais sobre as contribuições dos projetos voltados à Educação Inclusiva para a valorização da identidade cultural dos alunos NEE, fez-se necessário um diálogo direto com os alunos através de um pequeno roteiro para enfatizar a participação dos mesmos no processo de construção do PEI e de outros planejamentos das atividades escolares.

Roteiro de entrevistas:

- 1) Conhece o Projeto de Educação Inclusiva?
- 2) Quais são as atividades que realiza em sala voltadas para a inclusão social?
- 3) Gosta da sua escola?

As respostas em relação ao conhecimento do PEI, colegiado e conselho escolar se observam nas falas abaixo: “*Não sei nem o que é*”; “*Ouvi a professora falar*”; “*Não*”; “*Não, o que é isso?*”; “*Não sei*”; “*Acho que não*”.

Em síntese, todos os dados apresentados acima revelam a necessidade de toda a comunidade escolar conhecer e participar desse processo de construção do Projeto de Educação Inclusiva. Este vem sendo executado sem muita reflexividade, sem um planejamento referenciado, sem estudos mais substanciais sobre a concepção de Educação Inclusiva e muito menos sem uma discussão com as comunidades que se constituem em um dos principais atores implicados nesse processo. Essa situação, em nosso entendimento, constitui um dos graves problemas para a efetivação de uma Educação Inclusiva real e concreta.

2.9 PROPOSTA DE CRIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR NA ESCOLA X

Para elaborar uma proposta solução foi utilizado nesse estudo o ciclo PCDA e o 5W2H, onde se tem que:

O ciclo PDCA é um método gerencial de tomada de decisões para garantir o alcance das metas necessárias à sobrevivência de uma organização. O ciclo PDCA juntamente com as ferramentas da qualidade é usado para melhoria contínua de produtos e processos, no qual um processo é dividido em quatro etapas, que são: a fase de planejamento (P), de execução (D), de verificação (C) e por último a atuação corretiva (A) (WERKEMA, 1995).

Dentro desse contexto este estudo iniciou as atividades na instituição de ensino desenvolvendo o ciclo PCDA, onde se tem: “é um método gerencial de tomada de decisões de uma organização. Esse método é largamente utilizado na busca da melhoria contínua tão necessária para o sucesso dos negócios, na utilização do método poderá ser necessário empregar várias ferramentas gerenciais para a coleta, processamento e disposição das informações necessárias à condução das etapas do PDCA” (VIEIRA FILHO, 2012).

A partir desses pressupostos acima supracitados foi delineado o PDCA na organização da seguinte maneira:

II. Planejamento: Nesta fase, colocam-se em prática os procedimentos que para a elaboração de um projeto de implantação de uma equipe multidisciplinar com o objetivo de promover a inclusão social na escola X.

II. Execução: Nesta fase, coloca-se em prática o levantamento acerca de quais treinamentos serão necessários para os membros que irão compor a equipe multidisciplinar da escola X, onde observou-se que a transição do planejamento para a execução pode ser crítica. A passagem da estratégia para a ação é a parte mais difícil e a razão do descrédito com a estratégia de inclusão social dos alunos NEE. Por isso é recomendável cuidado especial nos seguintes passos: Educação. É o trabalho de explicação da meta e do plano, de forma que todos os envolvidos entendam e concordem com o que se está propondo ou foi decidido com relação a construção de equipe multidisciplinar. Nesta fase procurou-se atingir o intelecto e as emoções das pessoas, para que não apenas saibam, mas se entusiasmem com o projeto.

III. Checar: Nesta fase serão verificados os procedimentos para a implantação de treinamentos específicos juntos aos novos talentos. Ressalta-se que esta verificação deverá ser contínua e poderá ser efetuada tanto através de observação, quanto através do monitoramento dos índices de qualidade e produtividade da organização. Durante e após

a execução, devem-se comparar os dados obtidos com a meta planejada, para se saber se está indo a direção certa ou se a meta foi atingida.

IV. Agir: Durante a checagem foram encontrados alguns pontos críticos na Escola X que podem comprometer a execução do projeto da criação de uma equipe multidisciplinar, entre os quais o principal ficou no financeiro, pois de acordo com o Gestor da instituição, esta não possui recursos para o pagamento deste novos funcionários.

Com relação ao 5W2H pontua-se que está é uma técnica simples e eficaz de auxílio na resolução de problemas, na tomada de ações corretivas e preventivas, na elaboração de planos de atividade. Uma vez que a situação foi analisada na organização foi desenvolvido um plano de ação para corrigir os problemas e/ou possibilidades de melhoria levantadas. A ferramenta de gestão considerada mais objetiva para realização do treinamento foi o método 5W2H, pois este permite considerar todas as tarefas a serem executadas ou selecionadas de forma cuidadosa e objetiva, assegurando sua implementação de forma organizada.

2.9.1 Planejamento da Solução da Proposta

Quadro 01: *Rascunho do plano de ação para treinamento.*

Elaborado: Autora (2014).

WHAT (O QUE)	Simpósio sobre a importância da equipe multidisciplinar na instituição de ensino.
WHOM (QUEM)	Todos os funcionários em geral da instituição.
WHEN (QUANDO)	No dia 08/11/14 das 9:00h às 12:00h.
WHERE (ONDE)	Nas instalações da Escola X.
WHY (POR QUE)	A instituição precisa acreditar que uma equipe multidisciplinar pode auxiliar a comunidade escolar a desenvolver a Educação Inclusiva de maneira eficaz, porque saber trabalhar com crianças NEE torna a rotina educacional mais agradável e é sempre positivo nos aspectos da educação inclusiva. Como grande parte dos gestores passam de 8 a 10 horas dentro das organizações, nada mais adequado do que prezar o bom relacionamento, seja entre os colaboradores, ou até mesmo entre servidor e gestor, tornando este período mais tranquilo.

HOW (COMO)	A proposta metodológica será norteadada na superação da dicotomia teoria e prática, através de uma aprendizagem significativa construída na relação palestrante/comunidade escolar.
HOW MUCH (POR QUANTO)	R\$ 3.228,10 ² .

- Objetivo

Auxiliar a comunidade escolar a desenvolver a Educação Inclusiva de maneira eficaz, porque saber trabalhar com crianças NEE torna a rotina educacional mais agradável e é sempre positivo nos aspectos da educação inclusiva.

- Escopo

A dinâmica ocorrerá a partir de aula expositiva e dialogada, leitura e interpretação orientada de texto.

- Programa

Data: 08/11/14

Horário: das 9:00 às 12:00h.

Local: Sala de reunião da Escola X.

Palestrante: Dr. José Carlos Moraes da Silva – Psicólogo especialista em Educação Inclusiva.

Número de vagas: 100.

- Outros

Ao final do simpósio será aplicado um teste escrito sobre os assuntos abordados para verificar a eficácia do aprendizado.

Após o simpósio serão monitoradas, por um prazo de 30 dias, as ocorrências acerca do comportamento dos professores, pais e alunos.

² Atualmente a empresa está composta por 14 funcionários em seu quadro operacional e administrativo.

Para preenchimento das vagas será feita a indicação, por parte do gestor com relação aos professores, pais e alunos.

Todos os participantes que atingirem nota igual ou superior a 7,0 receberão certificado de participação.

A título de motivação, aqueles que se destacarem durante as dinâmicas do simpósio e tirarem as notas mais altas receberão o “Troféu de Amigos da Inclusão” e um brinde surpresa. Durante essa avaliação os sujeitos da pesquisa deverão buscar seu objetivo, fazendo uma ponderação acerca de sua performance dentro da instituição de ensino, do quanto ele agrega à área que atua, tentando enxergar qual é a visão que a Escola tem a seu respeito com relação a Educação Inclusiva.

Será fornecido material didático para todos os participantes.

Será oferecido um almoço para os participantes no Picanha Mania no Millennium Shopping, localizado Av. Djalma Batista, 1661, Lojas Sat 229, 230, 231 – Chapada – Manaus/AM.

- Custo

O custo para a realização do evento é de R\$ 3.000,00 assim distribuídos (Quadro 02):

Quadro 01: *Custo da realização do Simpósio.*

Elaborado: Autora (2014).

ITEM	CUSTO
Palestrante	R\$ 1.200,00
Brindes	R\$ 850,00
Material Didático ³	R\$ 539,00
Alimentação ⁴	R\$ 639,10
Total	R\$ 3.228,10

Para a avaliação do Simpósio sobre a importância da equipe multidisciplinar no processo de educação inclusiva, será aplicado junto aos gestores o modelo de Parry de avaliação onde Borghi (2008) o descreve como sendo uma proposta de avaliação antes e depois do treinamento com foco na melhoria de desempenho individual para o alcance de objetivos e padrões organizacionais.

³ O custo é de 38,50/colaborador.

⁴ Foi feita uma cotação com os Gestores do Picanha Mania, chegando a um acorde R\$ 45,65/colaborador. Este valor não está incluso alimentação dos gestores da Escola X e nem do palestrante.

Sua proposta baseia-se na elaboração de um plano de ação pelo participante, que deve contemplar um planejamento de aplicação dos conhecimentos e habilidades aprendidas e, algum tempo depois (meses), em reunião com seu gestor, reportar as mudanças e metas conquistadas pela equipe multidisciplinar.

Com relação ao simpósio a Escola segue o seguinte modelo de questionário para avaliação dos colaboradores:

Escala: (5) Ótimo; (4) Bom; (3) Razoável; (2) Ruim; e, (1) Péssimo.
Elaborado: Autora (2014).

PERGUNTA	5	4	3	2	1
Qualidade das informações e material de apoio					
Infraestrutura e acesso ao local					
Duração do treinamento					
Desempenho e conhecimento do(s) instrutor(es)					
Nível geral de satisfação					

Milioni (2004) salienta ainda que a grande importância do sistema de avaliação é que, além de mensurar a efetividade do próprio programa, promove um aprimoramento contínuo, fornecendo informações para melhorar cada vez mais os estágios dos programas de treinamento e desenvolvimento.

Dentro desse contexto verifica-se que a equipe multidisciplinar surge como fator chave para influenciar pessoas, conquistar seguidores e aumentar a rede de relacionamento, que é tão importante e fundamental nos dias de hoje para a educação inclusiva.

Destaca-se ainda que a aplicação de um programa junto a uma equipe multidisciplinar depende de alguns fatores, tais como: adequação do programa às necessidades da escola e dos participantes; qualidade do material apresentado; cooperação dos gestores e dirigentes da Escola; motivação dos pais de alunos NEE para aprender; capacidade de aprendizagem dos professores; aplicação prática e tempo para assimilação do que foi aprendido; elaboração do material de treinamento, o qual deve ser significativo, dentre outros, todos esses métodos devem ser variados, inovadores e transferíveis para o trabalho educacional da educação inclusiva.

CAPITULO III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu mostrar que a criança com necessidades educacionais especiais necessita de melhores condições para conseguir alcançar seus objetivos e para exercer seus direitos legais na sociedade. Apresenta algumas diferenças mas possui potencial para serem trabalhados. Desta forma, para alcançarem suas metas e superarem obstáculos, precisa, então, desde a gestação, de pessoas com dedicação e amor para estimular e que esteja apta para trabalhar dia a dia seu desenvolvimento intelectual, psicomotor e cognitivo.

Esse trabalho tem como eixos norteadores três questões, a primeira é descobrir se o atendimento às crianças tem em conta as diferenças individuais e se estão valorizando as competências de cada um e sua diversidade social. Em resposta a este questionamento, pontua-se que as crianças NEE necessitam de cuidados e de incentivos, assim como sua família; desta maneira os profissionais que acompanham a criança, devem dar um valor real à família deste aluno, pois esta é quem decide o futuro da criança, quem procura atendimento especializado, escolhendo bons profissionais para orientá-la.

Desta forma, é preciso que haja uma parceria entre todos que atuam no processo de atendimento terapêutico, na educação e nos cuidados essenciais desta criança. Assim, também é preciso que haja união entre poderes políticos, sociais e educacionais para que as crianças com necessidades educacionais especiais sejam incluídas na sociedade e no meio escolar, com a possibilidade de alcançar algum êxito nesta inclusão, tendo a possibilidade de desenvolver uma aprendizagem diante de sua adversidade. Somente desta forma, ela terá os direitos garantidos e com total apoio e estrutura.

O segundo questionamento deste estudo centrou-se acerca da contribuição que o conhecimento sobre NEE, como maneira de remoção de barreiras na aprendizagem, dentro deste contexto tem-se que a educação é direito de todo ser humano, mas acredito que para a inclusão ser efetiva e eficaz são precisas muitas mudanças. Seria necessária maior capacitação dos professores, com acesso a especialização na área de Educação Especial, conhecer melhor as especificidades de cada patologia que pode provocar uma deficiência no desenvolvimento da aprendizagem, e saber como trabalhar e agir em determinadas circunstâncias.

Deste modo, acredito ser necessária constante avaliação da efetividade da inclusão, e das condições em que esta se apresenta. Apesar de buscarmos nos informar sobre o processo de inclusão deveríamos fazer sempre mais e melhor, auxiliar, ajudar as crianças para que assim consigam lutar e exercer seus direitos de igualdade.

O último questionamento foi com relação à relevância do trabalho multidisciplinar para a construção de uma educação inclusiva; com base neste trabalho, percebe-se que novos caminhos podem ser tomados, basta dar o primeiro passo em direção a verdadeira inclusão, aquela que acima da assistência médica e pedagógica visa o olhar em cima das condições reais do que é inclusão.

Porém, ressalta-se nessa pesquisa a dimensão social que vai analisar como se desenham os papéis sociais de cada membro da equipe multidisciplinar, pois esta vai trabalhar além das explicações dadas acerca das NEE, pois o trabalho da equipe deve estar relacionado com a intuição, as percepções alteradas, as dificuldades encontradas pela instituição, pelo corpo docente e o principal que é a família, que exerce papel fundamental na inclusão social dos alunos NEE.

Por fim, salienta-se ainda que aos profissionais que deverão compor a equipe multidisciplinar cabe fazer abordagens significativas acerca dos temas relacionados às especificidades das diferentes deficiências tais como possíveis repercussões da deficiência. Destaca-se ainda nesse estudo que dentro de cada deficiência existem algumas atitudes essenciais que se devem ser implementar como forma de promover a inclusão efetiva da pessoa com deficiência, e esta pode ocorrer através dos profissionais de saúde, educação e principalmente a família.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. *O nascimento de um bebê com deficiência*. Disponível em: <<http://filhosecia.uol.com.br>>. Acessado em 06 de agosto de 2013.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRAGA, Adelaide Maria Melo. *Inclusão Escolar de alunos com Deficiência Intelectual em Escolas Regulares*. Aracajú/PI. 2008. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acessado em 06 de agosto de 2013.
- BUSCAGLIA, Leo F. *Os deficientes e seus pais*. Tradução de Raquel Mendes. 6. Ed. Rio de Janeiro. 2010.
- COEPEDE (Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência). *Folheto sobre Direitos Humanos, Direitos da Pessoa com Deficiência, Incidência da Deficiência, Terminologia*. 2011.
- CORREIA, Luís de Miranda. *Inclusão e Necessidade Educativas Especiais: Um Guia para Educadores e Professores*. 2ª edição. Porto, Porto Editora. 2008.
- COSTA, Jociléia Silva da. *A inclusão do portador de necessidades educacionais especiais no ensino regular do município de Boa Vista*. In: Revista Gestão Universitária. Edição 309. 2010.
- GOMES, Maria de Fátima Canuto. *Papel da Família na Inclusão de Alunos portadores de deficiência auditiva: Estudo de Caso na escola básica Eugénio Tavares*. Cidade do Cabo, 2009. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acessado em 06 de agosto de 2014.
- IBDD (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência). *Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença*. Rio de Janeiro: IBDD, 2008.
- KROEFF, Paulo. *A Pessoa com Deficiência e o Sistema Familiar*. In: X Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. ABRATEF, 2012
- LOPES, G.B.; KATO, L.S.; CORRÊA, P.R.C. *Os pais das crianças com deficiência: reflexões acerca da orientação em reabilitação motora*. São Paulo: UFS, 2002.
- LUCK, H. *A dimensão participativa da gestão escolar*. Curitiba: Gestão em Rede, 2009.

- MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. *Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social*. In: Revista São Paulo em Perspectiva. 02(14). São Paulo, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, *Fundamentos de Metodologia Científica - 7º ed.* São Paulo: Atlas, 2010.
- MAYRINK, J.M. *Anjos de barro - histórias de pais e filhos especiais*. São Paulo: EMW Editores. 1986.
- MEYNCKENS-FOUREZ, M. *Quando um dos membros da fratria está em desvantagem*. In: E. Tilmans-Ostyn; M. Meynckens-Fourez (orgs.). *Os recursos da fratria*. Belo Horizonte: Artesã. 2000.
- MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva – Contextos sociais*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
- MOURA, Leonice; VALÉRIO, Naiana. *A família da criança deficiente*. In: Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. 3(1): 47-51. São Paulo, 2003.
- NÓVOA, A. e Finger, M. *O método autobiográfico e a formação*, Lisboa, 1988.
- NUNES, L. & Ferreira, J. *Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras tem revelado*. In:
- ROSSETTO, E.; IACONO. J.P.; ZANETTI, P.S. *Pessoa com Deficiência: Caracterização e forma de relacionamento*. In: Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos. Paraná: UNIOESTE, 2006.
- SAVIANI, Demerval. *Política e Educação no Brasil*. São Paulo, Cortez autores associados, 1989.
- SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. *Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança*. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa. 17(2); 133-141. 2001.
- ZURRO, A. M., FERREROX, P., BAS, C. S. *A equipe de cuidados de saúde primários: manual de cuidados primários*, Lisboa, Farmapress Edições, 1991.

ANEXOS

ANEXO A - LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.

Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas com deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua

competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos em pessoa com deficiência;

e) o acesso de alunos com deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

II - na área da saúde:

a) a promoção de ações preventivas, como as referentes ao planejamento familiar, ao aconselhamento genético, ao acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, à nutrição da mulher e da criança, à identificação e ao controle da gestante e do feto de alto risco, à imunização, às doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;

b) o desenvolvimento de programas especiais de prevenção de acidente do trabalho e de trânsito, e de tratamento adequado a suas vítimas;

c) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação;

d) a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados, e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados;

e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado;

f) o desenvolvimento de programas de saúde voltados para as pessoas com deficiência, desenvolvidos com a participação da sociedade e que lhes ensejem a integração social;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas com necessidades especiais que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas com necessidades especiais;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas com necessidades especiais, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas com necessidades especiais;

IV - na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas com necessidades especiais;

c) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas a pessoa com necessidades especiais;

V - na área das edificações:

a) a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas com

necessidades especiais, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Art. 3º As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas com necessidades especiais poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas com necessidades especiais.

§ 1º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.

§ 2º As certidões e informações a que se refere o parágrafo anterior deverão ser fornecidas dentro de 15 (quinze) dias da entrega, sob recibo, dos respectivos requerimentos, e só poderão ser utilizadas para a instrução da ação civil.

§ 3º Somente nos casos em que o interesse público, devidamente justificado, impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação.

§ 4º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, a ação poderá ser proposta desacompanhada das certidões ou informações negadas, cabendo ao juiz, após apreciar os motivos do indeferimento, e, salvo quando se tratar de razão de segurança nacional, requisitar umas e outras; feita a requisição, o processo correrá em segredo de justiça, que cessará com o trânsito em julgado da sentença.

§ 5º Fica facultado aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer deles.

§ 6º Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados pode assumir a titularidade ativa.

Art. 4º A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

§ 1º A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.

Art. 5º O Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

Art. 6º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar não inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 1º Esgotadas as diligências, caso se convença o órgão do Ministério Público da inexistência de elementos para a propositura de ação civil, promoverá fundamentadamente o arquivamento do inquérito civil, ou das peças informativas. Neste caso, deverá remeter a reexame os autos ou as respectivas peças, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, que os examinará, deliberando a respeito, conforme dispuser seu Regimento.

§ 2º Se a promoção do arquivamento for reformada, o Conselho Superior do Ministério Público designará desde logo outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Art. 7º Aplicam-se à ação civil pública prevista nesta Lei, no que couber, os dispositivos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa:

I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta;

II - obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência;

III - negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa com necessidades especiais;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 9º A Administração Pública Federal conferirá aos assuntos relativos às pessoas com necessidades especiais tratamento prioritário e apropriado, para que lhes seja efetivamente ensejado o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, bem como sua completa integração social.

§ 1º Os assuntos a que alude este artigo serão objeto de ação, coordenada e integrada, dos órgãos da Administração Pública Federal, e incluir-se-ão em Política Nacional para Integração da Pessoa com necessidades especiais, na qual estejam compreendidos planos, programas e projetos sujeitos a prazos e objetivos determinados.

§ 2º Ter-se-ão como integrantes da Administração Pública Federal, para os fins desta Lei, além dos órgãos públicos, das autarquias, das empresas públicas e sociedades de economia mista, as respectivas subsidiárias e as fundações públicas.

Art. 10. A coordenação superior dos assuntos, ações governamentais e medidas, referentes a pessoas com necessidades especiais, incumbirá à Coordenadoria Nacional para a Pessoa com necessidades especiais (Corde), órgão autônomo do Ministério da Ação Social, ao qual serão destinados recursos orçamentários específicos.

Parágrafo único. Ao órgão a que se refere este artigo caberá formular a Política Nacional para a Integração da Pessoa com necessidades especiais, seus planos, programas e projetos e cumprir as instruções superiores que lhes digam respeito, com a cooperação dos demais órgãos públicos.

Art. 11 (Revogado pela Lei nº 8.028, de 1990).

Art. 12. Compete à Corde:

I - coordenar as ações governamentais e medidas que se refiram às pessoas com necessidades especiais;

II - elaborar os planos, programas e projetos subsumidos na Política Nacional para a Integração de Pessoa com necessidades especiais, bem como propor as providências necessárias a sua completa implantação e seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos e as de caráter legislativo;

III - acompanhar e orientar a execução, pela Administração Pública Federal, dos planos, programas e projetos mencionados no inciso anterior;

IV - manifestar-se sobre a adequação à Política Nacional para a Integração da Pessoa com necessidades especiais dos projetos federais a ela conexos, antes da liberação dos recursos respectivos;

V - manter, com os Estados, Municípios, Territórios, o Distrito Federal, e o Ministério Público, estreito relacionamento, objetivando a concorrência de ações destinadas à integração social das pessoas com necessidades especiais;

VI - provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil de que esta Lei, e indicando-lhe os elementos de convicção;

VII - emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, no âmbito da Política Nacional para a Integração da Pessoa com necessidades especiais;

VIII - promover e incentivar a divulgação e o debate das questões concernentes à pessoa com necessidades especiais, visando à conscientização da sociedade.

Parágrafo único. Na elaboração dos planos, programas e projetos a seu cargo, deverá a Corde recolher, sempre que possível, a opinião das pessoas e entidades interessadas, bem como considerar a necessidade de efetivo apoio aos entes particulares voltados para a integração social das pessoas com necessidades especiais.

Art. 13 (Revogado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001).

§ 1º A composição e o funcionamento do Conselho Consultivo da Corde serão disciplinados em ato do Poder Executivo. Incluir-se-ão no Conselho representante de órgãos e de organizações ligados aos assuntos pertinentes à pessoa com necessidades especiais, bem como representante do Ministério Público Federal.

§ 2º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar sobre o desenvolvimento da Política Nacional para Integração da Pessoa com necessidades especiais;

II - apresentar sugestões para o encaminhamento dessa política;

III - responder a consultas formuladas pela Corde.

§ 3º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre e, extraordinariamente, por iniciativa de 1/3 (um terço) de seus membros, mediante manifestação escrita, com antecedência de 10 (dez) dias, e deliberará por maioria de votos dos conselheiros presentes.

§ 4º Os integrantes do Conselho não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

§ 5º As despesas de locomoção e hospedagem dos conselheiros, quando necessárias, serão asseguradas pela Corde.

Art. 14. (Vetado).

Art. 15. Para atendimento e fiel cumprimento do que dispõe esta Lei, será reestruturada a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e serão instituídos, no Ministério do Trabalho, no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência e Assistência Social, órgão encarregados da coordenação setorial dos assuntos concernentes às pessoas com necessidades especiais.

Art. 16. O Poder Executivo adotará, nos 60 (sessenta) dias posteriores à vigência desta Lei, as providências necessárias à reestruturação e ao regular funcionamento da Corde, como aquelas decorrentes do artigo anterior.

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa com necessidades especiais, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas com necessidades especiais no País.

Art. 18. Os órgãos federais desenvolverão, no prazo de 12 (doze) meses contado da publicação desta Lei, as ações necessárias à efetiva implantação das medidas indicadas no art. 2º desta Lei.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de outubro de 1989; 168º da In

ANEXO B - COLETA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Sobre a coleta de informações acerca dos Projetos Político Pedagógico, foram disponibilizados pelo gestor as cópias dos mesmos para as devidas análises.

- Missão da Escola X

Foram analisados na Escola X os livros de atas de reuniões administrativa e pedagógica e colegiado escolar. Estão registrados nestes documentos reuniões com docentes e funcionários da escola. Verificou-se que não existe na escola registro de atas e nem pautas de reuniões com os comunitários e conselho de classe, destaca-s aqui que o livro de ata do colegiado se encontrava em branco. Segundo a secretária a direção nunca exigiu esses registros. O PPP da escola será reformulado, sem data marcada. Porém está definido como missão:

A missão da Escola deve ser clara e compartilhada com o corpo docente e discente da escola, assim como, com os seus familiares e com a comunidade local. Nesse sentido, a inclusão dos mesmos no ambiente escolar, poderá ser favorecida pela sua inclusão em programas com temas interdisciplinares, na organização da rotina escolar, no planejamento de atividades diversificadas que envolvam as disciplinas de história, artes, línguas, matemática ou ciências.[...] A nossa missão quanta escola é a de assegurar aos nossos alunos a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades como instrumentos de compreensão e interpretação da realidade para a formação ética, social, política, cultural e religiosa, com a finalidade de contribuir para a construção de um cidadão crítico, atuante e participativo na sociedade novolindense (PPP2013, p. 18)

O PPP está sendo reformulado com ajuda de uma assessora da Secretaria Estadual de Educação, segundo o professor que também é gestor da escola os encontros

estão sendo realizados uma vez por semana juntamente com os comunitários, contudo não foi encontrado registros desses encontros. A escola tem como missão:

A missão da escola é oferecer educação de qualidade integrada aos valores que dignificam o ser humano e promovendo a aquisição dos conhecimentos construtivos para torná-los cidadãos capacitados de compreensão e interpretação da realidade, Portanto, a missão da escola tem como objetivo formar cidadãos eficientes em conhecimentos e formar professores capazes de formar cidadãos com o direito de liberdade, igualdade e de amor à pátria. (PPP 2013, p.8).

- Visão da Escola X

Os referenciais filosóficos do Projeto Político Pedagógico estão expressos na Visão de Mundo, Visão de Homem e Visão de Educação.

- VISÃO DE MUNDO: A realidade que vivenciamos nos dias atuais, nos leva a adquirir conhecimentos sobre o mundo atual, pois essa visão serve para retirar dessa leitura, os elementos que servem para nossa vida e para vida de outros sujeitos sociais. No entanto, a concretização dessa leitura exige a curiosidade epistemológica. Uma educação como prática da liberdade não pode se dar sem o conhecimento de mundo e da realidade inserida na vida dos educandos. Somos sabedores de que a chegada dos educandos na escola e na sala de aula, pressupõe uma história de vida, de experiências e de saberes, conhecimentos, formas e interpretação que transcendem os muros da escola, sem as quais, os educadores se tornam vulneráveis para interpretar a realidade do educando...

- VISÃO DE CONHECIMENTO: Quando falamos em conhecimento, estamos designados o ato de conhecer como uma relação que se estabelece entre a consciência que conhece e o objeto conhecido, mas podemos também estar nos referindo ao produto, ao resultado desse ato, ou seja, ao saber adquirido e acumulado pelo homem. Embora os dois aspectos sejam importantes, costumamos enfatizar o segundo quando atribuímos à escola a tarefa de transmissão do conhecimento, descuidando muitas vezes das questões relativas às formas pelas quais é construído o saber. Pois, segundo Fernando Becker, o professor trabalha com o conhecimento e não fundamenta criticamente a “matéria prima” do seu trabalho. É “sujeito” de uma epistemologia

inconsciente e, com alta probabilidade, de uma epistemologia que não gostaria e não admitiria ser a sua...

- VISÃO DE ESCOLA: A educação tem, pois, fundamentalmente, a tarefa de educar sujeitos para a cidadania, os instrumentalizando, a fim de que estes se insiram na sociedade de forma crítica e contribuam nas tomadas de decisões, ou seja, construam-se cidadãos na intervenção da realidade. Educar para a cidadania supõe a utilização de conteúdos atravessados pelos valores éticos. O compromisso com a transformação explicita-se a partir das pequenas mudanças como, por exemplo, na construção de novas relações entre alunos e professores, entre escola e comunidade e entre metodologias participativas e planejamento participativo, colocando-se em evidência que “o debate oferece aos professores a oportunidade de se organizarem coletivamente para melhorar as condições em que trabalham”.